

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

ANA MARIA MOURA ARAUJO

SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE: contribuições a partir da Teoria Marxista da
Dependência

MACEIÓ-AL

2022

ANA MARIA MOURA ARAUJO

SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE: contribuições a partir da Teoria Marxista da
Dependência

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Diego de Oliveira Souza

MACEIÓ-AL

2022

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central**
Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A663s Araujo, Ana Maria Moura.

Superexploração e saúde : contribuições a partir da Teoria Marxista da
Dependência / Ana Maria Moura Araujo. – 2022.
100 f.

Orientador: Diego de Oliveira Souza.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 90-93.

1. Capitalismo dependente. 2. Capitalismo - Exploração. 3. Saúde
ocupacional. I. Título.


CDU: 331.47




UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PPGSS

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado **ANA MARIA MOURA ARAUJO**, intitulada “SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 25 de fevereiro de 2022, às 09 horas, por meio de vídeo conferência.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 Diego de Oliveira Souza
Data: 03/03/2022 14:53:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Diego de Oliveira Souza (UFAL – Presidente)

Documento assinado digitalmente
 Clarissa Tenorio Maranhao Raposo
Data: 04/03/2022 10:14:07-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dra. Clarissa Tenório Maranhão Raposo (UFAL – Examinador Interno)

Dr. Lúcio Vasconcellos de Vergoza (SEUNE – Examinador externo à Instituição)

À minha amada mãe Mércia por todo apoio, incentivo e paciência.

Ao meu pai, Raimundo Wagner, in memoriam.

Aos trabalhadores superexplorados latino-americanos, sentido maior deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Diego de Oliveira Souza, que me presenteou com uma enorme compreensão, profissionalismo, ética e rigor acadêmico nesta caminhada de aprendizado e produção de conhecimento científico;

Ao Prof. Dr. Adriano Nascimento, que, além de todo estímulo à vida acadêmica desde o início, sempre acreditou e confiou em mim.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL) por todos os ensinamentos, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo à pesquisa científica;

Às minhas companheiras de caminhada, Jamilly e Isabel, pelo companheirismo, conversas, consolos e palavras de incentivo;

Ao meu querido amigo, Rafael Arley, por estar comigo desde o início e ter me apoiado em todos os momentos;

À minha família, por todo apoio oferecido, suporte e incentivo à vida acadêmica.

(...) a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento [e intensificação] da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 2013, p. 338)

Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato (ENGELS, 2010, p. 135-136).

(...) as categorias marxistas devem ser aplicadas à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique, em nenhum caso, romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo (MARINI, 2011, p. 133).

RESUMO

Consideramos neste trabalho o entendimento de que a reprodução do capital nas economias dependentes apresenta certas particularidades e que essas particularidades estão estreitamente imbricadas com os processos históricos de amadurecimento do capitalismo desenvolvido – ocorridos no âmbito do sistema mundial. A principal particularidade da reprodução do capital nas economias dependentes aqui considerada é a categoria da superexploração da força de trabalho. Através dela, objetivamos entender como se reproduzem e quais as condições de saúde que se encontram os trabalhadores latino-americanos. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica e está dividido em três seções. A primeira delas, *A teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina*, são abordadas – brevemente – as principais hipóteses do que se convencionou chamar de teoria do desenvolvimento. A segunda, *O capitalismo dependente latino-americano*, busca entender o caráter dependente do capitalismo latino-americano. E a terceira e última, *A superexploração da força de trabalho como pedra de toque da saúde nas economias dependentes*, relaciona as categorias da superexploração com a da saúde, para entender os desdobramentos e as mediações que os trabalhadores latino-americanos, inseridos na dinâmica de acumulação capitalista mundial, sofrem.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Superexploração. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

In this work, we consider the understanding that the reproduction of capital in dependent economies presents certain particularities and that these particularities are closely intertwined with the historical processes of maturation of developed capitalism – which took place within the scope of the world system. The main feature of the reproduction of capital in dependent economies considered here is the category of superexploitation of the labor force. Through it, we aim to understand how Latin American workers reproduce and what health conditions are found. The work is bibliographic research and is divided into three sections. The first of them, *The theory of development and relations of dependency in Latin America*, discusses – briefly – the main hypotheses of what is conventionally called development theory. The second, *Latin American dependent capitalism*, seeks to understand the dependent character of Latin American capitalism. And the third and last, *The superexploitation of the labor force as health touchstone in dependent economies*, relates the categories of superexploitation with health, to understand the consequences and mediations that Latin American workers, inserted in the dynamics of capitalist accumulation world, suffer.

Keywords: Dependent capitalism. Superexploitation. Worker's health.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
SEÇÃO 1: A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA	14
1.1 O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO	14
1.2 DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA	20
1.3 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	29
SEÇÃO 2: O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO	37
2.1 A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA AO MERCADO MUNDIAL	37
2.2 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LATINO-AMERICANO	48
2.3 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ECONOMIAS DEPENDENTES	55
2.3.1 A superexploração da força de trabalho	60
SEÇÃO 3: A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO PEDRA DE TOQUE DA SAÚDE NAS ECONOMIAS DEPENDENTES	67
3.1 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E OS IMPACTOS PARA A OS TRABALHADORES	67
3.1.1 A introdução da maquinaria no processo produtivo e as consequências na saúde e na reprodução da vida dos trabalhadores	75
3.2 SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Estruturado a partir da contradição entre capital e trabalho, o modo de produção capitalista induz e provoca situações degradantes nas condições de vida e saúde dos trabalhadores. A ininterrupta produção de (mais) valor, o constante aumento da exploração da força de trabalho e o imensurável crescimento da pauperização da classe trabalhadora e da desigualdade social, são elementos estruturais da ordem do capital. Portanto, embora o capitalismo tenha produzido avanços inestimáveis para o progresso técnico e desenvolvimento social, a sua própria dinâmica de produção e acumulação produz a exaustão prematura e o aniquilamento da força de trabalho (MARX, 2013).

Marx, ao longo de toda sua exposição n’O capital, traz elementos decisivos para o entendimento das condições de vida e saúde da classe trabalhadora no capitalismo. Entre outras passagens, o autor verifica o quanto o capital, “em seu impulso, cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, (...) usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo” (MARX, 2013, p. 337), evidenciando que o capital e a sanha da acumulação capitalista não tem a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador. Afinal, o que a conformação do modo de produção capitalista traz consigo – entre outros aspectos – é a fome e a miséria sendo elementos comuns do cotidiano dos trabalhadores, num cenário no qual a degradação da saúde e a conseqüente manifestação de doenças só podiam encontrar condições propícias para assumir as formas mais severas.

Engels também examina as péssimas condições de saúde dos trabalhadores ao investigar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Em sua pesquisa, Engels revela o quanto a sociedade capitalista coloca os trabalhadores numa situação tal que estes “não podem conservar sua saúde e nem viver muito tempo”, e que a sociedade capitalista, “pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente”. Além disso, o autor denuncia as circunstâncias deploráveis das moradias dos trabalhadores ingleses, concluindo que “É evidente que uma classe que vive nas condições anteriormente descritas, desprovida dos meios para satisfazer as necessidades vitais mais elementares, não pode gozar de boa saúde nem chegar a uma idade avançada” (ENGELS, 2010, p. 136).

Essas questões, aqui brevemente expostas, nos levam a concordar com o entendimento de que “a origem da questão da saúde dos trabalhadores está na sociedade capitalista, sendo, portanto, um fenômeno social exclusivo e típico da organização societária burguesa”. E por isso

está “profundamente enraizada na necessidade, vital para o sistema, de acumulação de capital”. Dessa forma, entendemos que “a degradação da saúde dos trabalhadores entra no processo de acumulação como um componente indispensável, sem o qual o capital não é produzido” (SOUZA, 2012, p. 141).

É na esteira dessas reflexões e na inquietude de entender a particularidade da saúde dos trabalhadores na América Latina – e em especial, no Brasil –, que surge a necessidade de se fazer esse estudo. Aqui, partimos da premissa de que a forma como a América Latina se desenvolveu é fruto do “desenvolvimento desigual e combinado”, próprio da dinâmica de produção e acumulação que o capitalismo impõe, pois, assim como Marx (2013) analisou o capitalismo e suas formas de reprodução (como os capitais, as máquinas, as formas de trabalho, a mais-valia etc.) dialeticamente, devemos pensar em seu desenvolvimento de maneira histórica. Por isso, consideramos que a reprodução do capital assume diferentes formas em diversos momentos históricos, devendo adequar-se às mudanças produzidas no seio do próprio sistema a nível mundial e na divisão internacional do trabalho, quando reorganiza a produção sob novos mecanismos de acumulação e/ou novos valores de uso.

Para alcançarmos tal objetivo, utilizamos o arcabouço teórico das vertentes críticas das ciências sociais, dando especial atenção à Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a categoria da superexploração da força de trabalho. Em linhas gerais, a TMD é uma corrente teórica que interpretou – fundamentada nas leis mais gerais do modo de produção capitalista elaboradas por Marx, da teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial –, a condição dependente dos países periféricos como resultado de um desenvolvimento próprio da economia capitalista mundial. Suas principais teses se encontram na relação “centro-periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; na identificação dos condicionantes estruturais da dependência; na necessidade de articulação dialética destes últimos com as distintas especificidades conjunturais”, e ainda, na “centralidade da superexploração da força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013, p. 72).

Aqui, com mediações da Medicina Social Latino-americana, a categoria da superexploração da força de trabalho também assume um papel central para analisar a saúde dos trabalhadores que à ela estão submetidos. Como veremos, a superexploração se expressa no prolongamento da jornada de trabalho além dos seus limites normais, na intensificação do ritmo de trabalho além dos seus limites normais, e ainda, na redução do fundo de consumo do trabalhador para conversão em fundo de acumulação do capital – isto é, na remuneração abaixo

do valor da força de trabalho. Esses processos significam maior desgaste da força de trabalho, ocasionando seu esgotamento prematuro.

O trabalho é uma pesquisa bibliográfica e está dividido em três seções. Na primeira, intitulada *A teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina*, é apresentada as principais hipóteses do que se convencionou chamar de teoria do desenvolvimento; as formulações cepalinas, e a Teoria Marxista da Dependência, no intuito de clarear o sentimento predominante da época sobre o que seria necessário fazer para sair do atraso e do subdesenvolvimento, ou ainda, de que forma seria possível acumular forças para transformar a realidade (subdesenvolvida) em que o subcontinente se encontrava.

Na segunda, *O capitalismo dependente latino-americano*, buscamos entender as particularidades do desenvolvimento e da reprodução do capital na região que, mesmo depois de realizar “receitas” e algumas das políticas que geraram desenvolvimento em outras áreas e economias no sistema mundial capitalista, a região ainda se encontrava no atraso e no subdesenvolvimento. A nosso ver, as contribuições da TMD moldaram as propostas mais ousadas e de maior consistência explicativa sobre o subdesenvolvimento prevalecente no continente.

Na terceira e última seção, intitulada *A superexploração da força de trabalho como pedra de toque da saúde nas economias dependentes*, procuramos demonstrar, com aporte crítico do pensamento social latino-americano e da Medicina Social Latino-americana, como a particular de reprodução do capital, decorrente da superexploração, desdobra-se em mediações decisivas para a saúde dos trabalhadores que a essas determinações estão submetidos.

DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Muitos foram os esforços realizados por intelectuais e cientistas sociais com o intuito de entender as particularidades da América Latina nas primeiras décadas do século XX, e especialmente entre as décadas de 1940 e 1960. As indagações sobre o atraso realçaram a condição subdesenvolvida da região e também ofereceram hipóteses para entender tal condição. Nesse período, os debates sobre o atraso incorporavam os debates sobre o subdesenvolvimento, e as questões políticas e econômicas – estreitamente imbricadas – apareciam constantemente nas perguntas sobre o que seria necessário fazer para sair do atraso e do subdesenvolvimento, ou ainda, nos questionamentos em como acumular forças para transformar a realidade em que o subcontinente se encontrava. De acordo com Osorio (2013), assumir a América Latina como um problema teórico e político implicou num profundo questionamento nas formulações mais elaboradas das várias escolas e correntes que debatiam as questões do subdesenvolvimento.

Longe de esgotar a riqueza e o tratamento dado a essas questões, neste capítulo, abordaremos brevemente as principais hipóteses do que se convencionou chamar de teoria do desenvolvimento; as formulações cepalinas, arcabouço teórico que medeia a evolução do pensamento latino-americano à teoria da dependência; e a Teoria Marxista da Dependência, que entende que o desenvolvimento da América Latina é condicionado pelas relações comerciais internacionais, numa relação que já nasceu subordinada e dependente dos centros da economia mundial.

1.1 O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

As ciências sociais que se preocuparam em entender a América Latina conceberam-na como uma região subdesenvolvida, onde resquícios de elementos de uma sociedade e de uma economia feudal, teriam contribuído para tal. Conforme dos Santos (2017), o entendimento que se tinha nessa época era de que a conservação de uma economia agrária, feudal e latifundiária, assegurou para a América Latina um contexto de instabilidade social e desequilíbrio econômico, de pobreza e más condições nutricionais e de saúde da população. Em contrapartida, o desenvolvimento externo que só se expandia, sustentou os países latino-americanos em uma condição de atraso industrial e tecnológico, o que viabilizou a subordinação

da América Latina ao comércio exterior. No germe de uma economia exportadora e monocultora, os primeiros passos para o desenvolvimento latino-americano foram dados no século XIX, e teve como principal característica um desenvolvimento voltado “para fora”, ou seja, um desenvolvimento apoiado na exportação de produtos primários e na importação de produtos manufaturados (DOS SANTOS, 2017).

Durante a década de 1950, as ciências sociais latino-americanas foram marcadas por intenso otimismo que cresceu junto com a determinação de um grupo de intelectuais que, diante da necessidade de produzir um pensamento crítico e próprio da América Latina, encontrou, nesse cenário, a oportunidade de afirmar-se como tal. Essencialmente, esse ensejo foi impulsionado, em parte, como uma crítica à produção científica desenvolvida por intelectuais da Europa e dos Estados Unidos, em uma tentativa de gerar uma consciência social latino-americana.

Segundo dos Santos (2017), toda essa movimentação provocou o surgimento de um pensamento crítico próprio latino-americano. Para o autor, esse foi, além do seu principal aspecto, o ponto mais positivo. Inicialmente, a investigação centrou-se nas “estruturas tradicionais” da América Latina, mas foi a análise das dificuldades impostas por instituições arcaicas ao desenvolvimento e também a busca por métodos capazes de realizar as metas estabelecidas para “alcançar” o desenvolvimento, que a teoria do desenvolvimento aparece, durante este período, como uma disciplina independente (tanto na América Latina, como em outras regiões) (DOS SANTOS, 2017).

Dos Santos (2017) destaca ainda que as teorias do desenvolvimento possuem diferenças internas em suas interpretações e que elas foram evoluindo para novas formatações e entendimentos durante as décadas de 1950 e 1960. Parte dessa evolução se deu por essas modificações, que foram dadas tanto pelo interesse dos diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento ou em seu atraso, como também pelos obstáculos teóricos despertados nas diversas tentativas de explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Os principais supostos sobre a teoria do desenvolvimento foi estruturado por dos Santos (2017) em um esquema único, com o intuito de colher delas apenas o que o autor considerou os seus elementos essenciais. O primeiro suposto da teoria do desenvolvimento seria o de que “desarrollarse significa dirigirse hacia determinadas metas generales que corresponden a un cierto estadio de progreso del hombre y de la sociedad, cuyo modelo se abstrae a partir de las sociedades más desarrolladas del mundo actual” (DOS SANTOS, 2017, p. 127). Em linhas gerais, se afirmava ser possível resumir o desenvolvimento em um modelo formal, cujo

conteúdo estaria passível às mudanças históricas. No entanto, esse suposto não tem nenhuma legitimidade científica, pois ainda não foi verificado nenhum país subdesenvolvido que tenha atingido o mesmo “nível” de desenvolvimento dos países que são considerados “modelos”¹. Para dos Santos (2017), o tempo histórico não é unilinear, assim, não existe a possibilidade de uma sociedade mover-se para estágios de desenvolvimento que já foram verificados anteriormente em outras sociedades.

O segundo suposto presumia que os países subdesenvolvidos “caminarán hacia estas sociedades una vez que eliminen ciertos obstáculos sociales, políticos, culturales e institucionales. Estos obstáculos están representados por las ‘sociedades tradicionales’, los ‘sistemas feudales’ o los ‘resquicios feudales’, conforme a las distintas escuelas de pensamiento” (DOS SANTOS, 2017, p. 128). Outro equívoco de abordagem fundamental das teorias do desenvolvimento que dos Santos (2017) considera é a investigação também se centrar nas resistências encontradas nas sociedades tradicionais à mudança. É certo que as estruturas que foram estabelecidas no período colonial-exportador carregam uma forte capacidade de resistência e sobrevivência. No entanto, para dos Santos (2017), essa resistência se dá pelo próprio caráter do processo de desenvolvimento dos países dependentes, pois “Si se continúa limitando el enfoque a las resistencias económicas, sociales, políticas, culturales e institucionales de la *sociedad tradicional*, es imposible llegar a una explicación de los problemas fundamentales de la crisis latinoamericana” (DOS SANTOS, 2017, p. 129-130).

No terceiro suposto, se considera que “es posible distinguir ciertos procedimientos económicos, políticos y psicológicos que permitan movilizar los recursos nacionales en forma más racional y que puedan ser catalogados y usados por el planeamiento” (DOS SANTOS, 2017, p. 128). Essa suposição está estreitamente relacionada às duas primeiras, isto é, à suposição de que é possível utilizar de maneira ideal os recursos disponíveis para se alcançar o desenvolvimento. Assim, acreditava-se que a) existem objetivos de desenvolvimento definíveis como tal, e b) o uso ideal dos recursos depende de certos procedimentos que são característicos das sociedades modernas, industriais.

Para dos Santos (2017), a fragilidade desse suposto está na medida em que o uso racional dos recursos é determinado pelos homens, e os homens são históricos e pertencem a

¹ Theotonio dos Santos (2017) critica essa suposição considerando que, em primeiro lugar, o modelo de uma sociedade desenvolvida é o resultado de uma abstração ideológica (porque é formal e, portanto, a-histórica). E isso o leva a se questionar o que seria, então, uma sociedade desenvolvida. Os modelos que conhecemos e consideramos desenvolvidos são os Estados Unidos, a Europa e Japão. Nesse suposto, acreditava-se tratar de “alcançar” a esses estágios de desenvolvimento. Assim, se esperava que a experiência histórica desses países se repetisse ou, numa menor proporção, que um modelo de sociedade semelhante viesse a existir.

determinadas sociedades e grupos sociais que também são históricos. Portanto, a racionalidade de uma medida econômica, bem como a racionalidade de uma medida política, somente pode ser estabelecida diante de uma lúcida compreensão da natureza do sistema social em que esta medida será tomada. Se alcançada essa lucidez, ao terceiro suposto se somaria então a “necesidad de coordinar ciertas fuerzas sociales y políticas que sustentarían la política de desarrollo, así como se destaca la necesidad de una base ideológica que organice la voluntad nacional de los distintos países para realizar las ‘tareas’ del desarrollo” (DOS SANTOS, 2017, p. 128).

Dessa forma, dos Santos (2017) nos mostra que a experiência dos países subdesenvolvidos precisa ser examinada, sobretudo, como uma experiência de desenvolvimento que acontece sob condições históricas específicas. Por isso a indispensabilidade de demarcar as condições históricas que permitem entender o quadro possível de um processo de desenvolvimento. Pois, “la ciencia del desarrollo (sociología o economía) solo es ciencia cuando abandona el supuesto de una meta formal por alcanzar y del camino para alcanzarla y se lanza a la comprensión del desarrollo como proceso histórico” (DOS SANTOS, 2017, p. 129).

Dos Santos (2017) resume essa discussão nos seguintes pontos:

- 1) La teoría del desarrollo debe situarse en las perspectivas del análisis del proceso del desarrollo tomado en sus distintas situaciones histórico-concretas.
- 2) Cabe a tal teoría abstraer, en estas condiciones históricamente delimitadas, las leyes generales del desarrollo de las sociedades concretas definidas por la investigación.
- 3) Al definir esas leyes, la teoría del desarrollo tendrá siempre presentes las contradicciones internas de este proceso y debe abandonar todo intento formal de reducirlo a la transición unilineal de un tipo de sociedad a otra. Más bien la teoría debe mostrar en qué medida estas contradicciones tienen dentro de sí alguna fuerza que pueda conducir el conjunto de la sociedad a formas superiores de organización. Estas fuerzas y las formas sociales que implican se presentan de manera general en la realidad presente como tendencia y no como modelos futuros a los cuales deberemos llegar (DOS SANTOS, 2017, p. 132).

Assim, a alternativa encontrada pelos estudiosos da época para reverter o subdesenvolvimento foi impulsionar um “desenvolvimento interno”, através do processo de industrialização. A industrialização na América Latina foi realizada desde o advento da Primeira Guerra Mundial, especialmente após a crise de 1929, e continuou com seu percurso no decorrer da Segunda Grande Guerra e se manteve ainda no pós-guerra, pelo mecanismo que denominado *substituição de importações*.

Como veremos adiante, a substituição de importações foi intensificada nos períodos em que houve grandes dificuldades na importação de produtos manufaturados do comércio exterior. Dessa forma, para responder às demandas que existiam por esses produtos, anteriormente atendidas pelo mercado externo, foram criadas as primeiras indústrias nacionais. Buscou-se, portanto, agilizar o processo de substituição de importações, o que possibilitou que as indústrias leves desse primeiro momento fossem transformadas em indústrias de base. Nesse movimento, tornou-se também necessário realizar obras de infraestrutura, conduzidas, em geral, pelo Estado. Somado a esses fatores, mais a participação do capital estrangeiro, foi instituída a indústria nacional, que viabilizou a expansão do mercado interno (DOS SANTOS, 2017).

De acordo com dos Santos (2017), esse projeto foi concluído com considerações de cunho sociológico sobre os resultados desse desenvolvimento diante da estrutura social e da necessidade de adequação da superestrutura da sociedade às suas demandas. O principal resultado desse modelo de desenvolvimento foi, em linhas gerais, o entendimento de que “El cambio de un desarrollo ‘hacia afuera’ a un desarrollo ‘hacia adentro’ sacaría a los países subdesarrollados de la dependencia del comercio exterior y generaría una economía controlada desde adentro de sus fronteras” (DOS SANTOS, 2017, p. 134).

Essa troca de um desenvolvimento “para fora” para um desenvolvimento “para dentro”, foi definido como o processo de “transferência dos centros de decisão para dentro” das economias subdesenvolvidas. Falava-se da troca de um desenvolvimento “induzido” pelas situações incontroláveis do comércio mundial para um desenvolvimento nacional planejado pelo seu próprio poder nacional. Acreditava-se fundamentalmente que o passo do desenvolvimento para fora ao desenvolvimento para dentro geraria maior independência do comércio exterior e levaria o centro de decisão para a economia (DOS SANTOS, 2017).

Esperava-se que, com a substituição de importações, os países subdesenvolvidos não dependessem essencialmente da importação de produtos manufaturados do comércio exterior, e que com isso fosse gerada uma situação que favorecesse tanto à liberdade comercial desses países, como também à independência nas relações comerciais internacionais. No entanto, a associação entre a substituição de importações e a deterioração dos termos de troca provocou uma dependência ainda maior do comércio exterior, uma vez que os produtos importados neste período eram, em regra, produtos de luxo para as classes dominantes. Portanto, seus impactos sobre a economia foram bastante secundários (DOS SANTOS, 2017).

Sobre a transferência dos centros de decisão para o interior da economia, dos Santos (2017) esclarece que,

(...) la industrialización de los últimos años se caracteriza por el control creciente del capital extranjero sobre la gran industria. Este control, que se produce al mismo tiempo que se consolidan la concentración y la monopolización del sector industrial, destruye paulatinamente las posibilidades de un desarrollo nacional independiente y somete la sociedad y la opinión pública, la economía y el Estado al progresivo control del capital extranjero (DOS SANTOS, 2017, p. 139-140).

Para o autor, diante dessa realidade, o controle da economia se desnacionaliza ainda mais. Pois, embora se tenha gerado nos países subdesenvolvidos poderosas forças associadas ao mercado interno desses países, essas forças são internacionais e não nacionais. Assim, o progressivo controle do capital estrangeiro sobre o capital nacional limitou as alternativas de um Estado nacional independente (DOS SANTOS, 2017). Por isso a indispensabilidade de se ter e de se desenvolver uma consciência crítica capaz de libertar a América Latina dessa situação. De acordo com dos Santos (2017), essa consciência crítica se apresentaria em uma “ideologia do desenvolvimento”, onde se cruzariam as vontades e interesses nacionais em volta das intenções de uma sociedade nacional e independente.

É importante destacar que as suposições brevemente aqui expostas, embora tenham sido as predominantes nos debates em torno do subdesenvolvimento latino-americano, não foram as únicas, uma vez que existiram diferentes posições dessas suposições dentro da estrutura “geral” aqui apresentada. Nessa perspectiva, dos Santos (2017) destaca que, as posições que foram consideradas mais à direita, diminuíram a relevância que a condição colonial cumpriu no processo de desenvolvimento e deu maior ênfase em modificações menos estruturais, como modernização econômica, desenvolvimento tecnológico, apoio do capital estrangeiro e assim por diante. Em contrapartida, os posicionamentos mais à esquerda, ressaltaram a condição colonial da economia, enfatizou a necessidade de mudanças estruturais, renunciava o apoio do capital estrangeiro (exceto numa condição de estrito controle), e reclamou a necessidade de uma sociologia e de uma economia latino-americana que “assumisse” a perspectiva dos países subdesenvolvidos (DOS SANTOS, 2017).

Destarte, algumas conclusões podem ser assimiladas dessas suposições mais gerais. Em primeiro lugar, a teoria do desenvolvimento que prevaleceu nos países latino-americanos enfatizou o movimento de uma sociedade atrasada que almejava encontrar o caminho para uma sociedade moderna, desenvolvida/capitalista. Essa ênfase considerava que as adversidades a serem resolvidas vinham do lado mais atrasado dessas economias, o que fez com que as análises focassem apenas nessas adversidades, consideradas os obstáculos ao desenvolvimento de tais

economias. Para dos Santos (2017, p. 144), “En función de esta actitud metodológica básica, se ha elaborado un modelo de desarrollo de América Latina que confiaba básicamente en los efectos económicos, sociales, políticos e ideológicos progresivos de la industrialización”.

Entretanto, dos Santos (2017) esclarece que a trajetória da industrialização nos países latino-americanos não só não suprimiu parte – ou totalmente – dos obstáculos que foram conferidos às sociedades tradicionais, mas, em contrapartida, a industrialização engendrou novas dificuldades e novas tensões, muita mais agudas, e que refletiram em uma crise geral na América Latina. Essa crise do modelo desenvolvimentista (e do projeto de desenvolvimento intrínseco a ele), predominante nas ciências sociais dos países latino-americanos, colocou essa mesma ciência em crise, gerando profundos questionamentos sobre a própria noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento abordada pelo modelo e o papel explicativo que esses conceitos carregavam.

No intuito de elucidar os componentes que alicerçam, condicionam e limitam o desenvolvimento das economias latino-americanas, nasceram diferentes teorias para entender o que acontecia no interior dessas economias. Portanto, no tópico seguinte, abordaremos as teorias nascidas com a instituição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por reconhecer o salto teórico dado com essa instituição para o entendimento e explicação da singular realidade latino-americana.

1.2 DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) iniciou suas atividades em fevereiro de 1948. Comprometida em elucidar os problemas do desenvolvimento e do atraso latino-americano, a Comissão tinha como principal objetivo compreender e construir ferramentas técnicas que levassem à superação da condição subdesenvolvida dos países da região.

De acordo com Traspadini e Stedile (2011), a CEPAL

(...) centrava sua explicação sobre a realidade do atraso latino-americano a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores –

heterogênea e especializada). (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 22-3).

A institucionalização da CEPAL teve como objetivo a realização de análises sistemáticas que possuíam em seu escopo a estrutura socioeconômica das nações latino-americanas e a produção de relatórios que fossem capazes de propor e sustentar políticas de ação pelos governos dos Estados. É sobre essas necessidades (compreender e transformar) que se configura o caráter profundamente pragmático da Comissão.

Para dos Santos (2015), a CEPAL,

(...) vai dar fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim, como um apoio institucional, à busca de bases autônomas de desenvolvimento. Estas se definiram através da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador de desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política (DOS SANTOS, 2015, p. 66).

As análises cepalinas foram um verdadeiro divisor de águas nas ciências sociais latino-americanas, principalmente quando se considera a complexidade da realidade da região e os desafios que, por isso, são encontrados na conceituação e entendimento dos problemas da América Latina. Assim, o avanço que pôde ser dado sobre as formações econômico-sociais e seus desenvolvimentos atingiu outro patamar com os estudos e contribuições teóricas da CEPAL.

Dos Santos (2015) evidencia que,

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta nas décadas de 1950 e 1960, sob a influência do pensamento cepalino, já sai do debate entre civilização e barbárie, entre moderno e arcaico, entre progresso e o atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas consequências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída (DOS SANTOS, 2015, p. 76).

Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe fez contribuições extremamente relevantes para o desenvolvimento latino-americano. Além disso, suas teorias e argumentos foram debatidos e considerados em diversas partes do mundo.

Conforme a própria CEPAL,

A Comissão desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos

países latino-americanos e caribenhos. O pensamento da CEPAL é dinâmico, seguindo as imensas transformações da realidade econômica, social e política, regional e mundial. Desde os primeiros anos desenvolveu um método analítico próprio e uma ênfase temática que, com algumas variantes, se manteve até nossos dias. O método, chamado "histórico-estrutural", analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas. Neste método não há "estágios de desenvolvimento" uniformes. O "desenvolvimento tardio" de nossos países tem uma dinâmica diferente das nações que experimentaram um desenvolvimento mais precoce (CEPAL, [2021?]).

A teoria elucidada nos relatórios cepalinos ganha maior robustez com os trabalhos redigidos por Raúl Prebisch. O economista argentino, munido de grande prestígio intelectual na América Latina e no mundo, introduziu no pensamento econômico latino-americano grande parte dos elementos que sustentaram o que se conformou, posteriormente, como a teoria do subdesenvolvimento. As principais características do pensamento cepalino foram demarcadas por Prebisch (1949), no que o autor evidenciou ser 1) a concepção do sistema centro-periferia; 2) a difusão do progresso técnico; 3) a teoria da deterioração dos termos de troca; e 4) a análise da industrialização periférica.

Inicialmente, o desafio que se apresentava à CEPAL era o de se contrapor às teorias liberais que propunham políticas que se baseavam na tese das vantagens comparativas² internacionais. Com argumentações empíricas, Raúl Prebisch verificou que, a longo prazo, as fragilidades nos preços das matérias-primas suprimiriam os resultados positivos que se esperava segundo a tese das vantagens comparativas.

Nas palavras de Prebisch (1949):

É certo que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjetable. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos. Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda [sic] a coletividade, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio. O erro [sic] dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito. Se por coletividade se entende, apenas, o conjunto dos grandes países industriais, é certo que o fruto do progresso técnico se distribui, gradualmente, entre todos os grupos e classes sociais. Mas, se o conceito de

² A teoria das vantagens comparativas prega a necessidade de os países desenvolverem as atividades econômicas que se ligam diretamente com sua "vocaçao natural". No caso dos países latino-americanos, estes deveriam se especializar na produção de produtos de caráter primário-exportador.

coletividade também se estende à periferia da economia mundial, essa generalização encobre um grave erro [sic]. As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade. Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas (PREBISCH, 1949, p. 47-48, grifos nossos).

Ao separar analiticamente o mundo em um centro desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida, Prebisch (1949) verificou que não só não ocorreu uma transferência de progresso tecnológico dos centros econômicos para a periferia através do comércio internacional, mas que, ao contrário, o aumento da capacidade produtiva nos países subdesenvolvidos havia sido canalizado para esses centros. Prebisch (1949) assegurou ainda que as modificações na demanda por produtos primários geravam efeitos negativos para os países monoprodutores, principalmente se se considerar que, normalmente, essas demandas crescem lentamente, e muito menos que o aumento da renda nos países centrais. Essas argumentações fundamentaram o conceito de Prebisch (1949) no que o autor denominou ser uma “deterioração dos termos de troca” – mecanismo que possibilitava os centros econômicos a manterem o privilégio do progresso tecnológico e que, por consequência, dificultava o aumento da capacidade produtiva dos setores exportadores dos países periféricos.

Assim, dada a necessidade de se compreender os condicionantes internos e externos que impediam o desenvolvimento dos países latino-americanos que a CEPAL – e os estudiosos que contribuía teoricamente com a Comissão³ – produziu suas críticas às teses liberais que até então eram adotadas por esses países. A partir daí, são publicados os primeiros textos dos autores cepalinos de caráter histórico e com o objetivo de analisar de forma mais rigorosa os elementos que moldam as estruturas internas nos países periféricos.

Um fundamental avanço dado pela CEPAL foi o de observar o desenvolvimento do sistema capitalista nas diferentes regiões de maneira integrada, moldando um sistema complexo de relações internacionais que condicionam e restringem os mecanismos internos. O reconhecimento da relação centro-periferia no pensamento cepalino permitiu dar maior

³ Os trabalhos desenvolvidos pela CEPAL são frutos de contribuições coletivas. Fato que não restringia a liberdade de seus membros em publicarem trabalhos de forma independente.

amplitude para o conhecimento da condição periférica e para proposições visando a superação desta situação.

Octávio Rodriguez (2006) reitera o conceito centro-periferia ao afirmar que

(...) só se forma em 1949, quando a argumentação que se havia desenvolvido nos anos anteriores é reorganizada e rearticulada em torno do exame de duas tendências de longo prazo: o surgimento de um processo espontâneo de industrialização nas economias de tipo periférico, a partir de certa fase de seu desenvolvimento; e a tendência à deterioração dos preços relativos de suas exportações primárias (RODRIGUEZ, 2006, p. 33).

O conceito desenvolvido a partir da relação centro-periferia introduziu ao pensamento latino-americano a possibilidade da constituição de um conteúdo carregado de novos elementos e perspectivas para entender as condições do desenvolvimento da América Latina. A desigual distribuição do progresso técnico e a deterioração dos termos de troca constituem o cerne da problemática do conceito centro-periferia e se encaixam na teoria cepalina como elementos explicativos que conformam a condição específica da inserção internacional dos países no sistema mundial.

Para Celso Furtado (2002),

Essa visão global da economia capitalista, que permitia nela identificar uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho então existente, constituiu certamente a contribuição teórica maior de Prebisch, e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento que dominaria o pensamento latino-americano e teria amplas projeções em outras regiões do mundo (FURTADO, 2002, p. 94).

De acordo com Colestite (2001, p. 23), duas hipóteses básicas compõem o núcleo da teoria cepalina do subdesenvolvimento. A primeira delas evidencia o fato de que as economias latino-americanas produziram “estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais”. Segundo o autor, “esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida por Prebisch como a principal responsável pela absorção de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico”.

Para Colistite (2001), essa hipótese assegura que os efeitos dinâmicos da especialização primário-exportadora sobre os países periféricos seriam necessariamente limitados, de maneira que somente a industrialização seria capaz de gerar um círculo virtuoso de progresso, aumento

da produtividade, aumento do emprego e da renda. Nas palavras do autor, “Essa é uma das implicações centrais da teoria cepalina do subdesenvolvimento – ou seja, a de que a diversificação industrial constituiria o principal meio através do que seria possível a reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportadora na América Latina” (COLISTITE, 2001, p. 24).

Já a segunda hipótese considera que “o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras” (COLISTITE, 2001, p. 23). Somado a isso, Colistite (2001, p. 23) destaca ainda que “os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados”. E, por consequência disso, “haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados”.

A consequência dessa relação de intercâmbio se manifestou numa forte dependência externa – que, para Prebisch (1949), as nações subdesenvolvidas deveriam ultrapassar para se desenvolver. As alternativas encontradas pelos pensadores cepalinos envolviam a implantação de novas diretrizes de estruturação econômica internacional e programas compensatórios específicos, que consideravam especialmente as necessidades das nações subdesenvolvidas. Simultaneamente, sugeriam, ainda, políticas nacionais de “desenvolvimento para dentro”, e a industrialização através da substituição de importações, tornando o papel do comércio exterior na economia latino-americana complementar: principalmente o de investir capital para financiar a industrialização interna (PREBISCH, 1949).

Por outro lado, Colistite (2001) destaca que, ao mesmo tempo em que houve a incorporação dos elementos históricos próprios da região, os trabalhos da CEPAL foram consideravelmente inconsistentes para que outras hipóteses fossem incorporadas sem que se modificasse o núcleo conceitual básico tangente à caracterização do sistema centro-periferia e o desenvolvimento periférico. Assim, as sucessivas qualificações das principais hipóteses cepalinas acabaram enfraquecendo a teoria. As primeiras modificações podem ser verificadas no início da década de 1960, quando ocorreu um verdadeiro comprometimento para determinar o que seria necessário para que a diversificação industrial pudesse ser realizada – isto é, capaz de ultrapassar a condição periférica (COLISTITE, 2001).

Assim, no início dos anos 1960, quando o processo de industrialização latino-americano percorria um caminho significativo e os resultados esperados não foram alcançados, mas, ao contrário, surgiram novos problemas – como, por exemplo, a rápida constituição de grupos monopolistas, fruto da associação de capitais locais com estrangeiros e a incapacidade da indústria local de criar empregos –, a CEPAL percebe a necessidade de pensar a realidade latino-americana em outros termos. Isso desencadeou dentro da CEPAL um processo de revisão de suas visões originais, o que levará a uma ruptura dentro da estrutura cepalina. Nesse momento, a questão das particularidades do capitalismo periférico ou dependente se tornou um tema central para reflexão.

Dessa forma, a ausência de efetividade das instruções cepalinas colaborou, em meados da década de sessenta, para um renascimento da crítica marxista aos modelos convencionais de desenvolvimento, nela incluída a de Prebisch mesmo. Em efeito, esse período assinalou o início de uma segunda etapa no desenvolvimento da perspectiva teórica da dependência (MUÑOZ, 1978). Nesse cenário, surgiu um grupo de intelectuais denominado por André Gunder Frank de “teóricos da nova dependência”. Esse grupo de pesquisadores começou a questionar as explicações tradicionais do subdesenvolvimento nos campos da economia, sociologia e ciência política. Contestaram também as premissas e recomendações da perspectiva cepalina⁴. Cabe destacar que essa nova onda de pensadores sobre a dependência e o subdesenvolvimento não caracterizou uma perspectiva metodológica nova: o que aconteceu foi que uma perspectiva que já era difundida no interior do pensamento latino-americano, conseguiu se fazer ouvir nas discussões que se levavam a cabo em instituições próximas a elas: CEPAL, as universidades, algumas agências governamentais de planejamento e – mais ainda – a comunidade acadêmica norte-americana (MUÑOZ, 1978).

Assim, os acadêmicos Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Aníbal Quijano, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, principais pensadores dessa “nova dependência”, não representavam, de fato, uma metodologia nova para a análise do subdesenvolvimento da região: a metodologia utilizada era a do materialismo histórico-dialético. Inquestionavelmente, as contribuições desse período à temática da dependência constituíram um salto qualitativo no debate sobre o subdesenvolvimento da região. Pois, a análise e o conhecimento que já existiam foram combinados de novas formas, se demandaram novas perguntas e, por consequência, se

⁴ Com o avanço da industrialização, será mostrado que os problemas de atraso não só não foram resolvidos sob esse projeto, mas surgiram novos, como o crescimento da pobreza nos centros urbanos, uma monopolização precoce e novas transferências de recursos e lucros para os centros imperialistas, agora para a compra de equipamentos e tecnologias para a indústria, e devido ao papel de parceiro do capital estrangeiro em investimentos no setor secundário.

chegaram em novos desfechos. Tudo isso provocou novos estudos e investigações, ponderações e reflexões sobre questões já exploradas, mas também por questões inexploradas.

Considerando os elementos centrais elaborados pela CEPAL, a Escola da Dependência apresentou interpretações sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento no âmbito do capitalismo internacional. No entanto, duas vertentes teóricas e políticas distintas difundem significativas reflexões no entorno do debate da dependência e do subdesenvolvimento latino-americano. Pela vertente marxista, “Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustín Cueva debatem criticamente o porquê do desenvolvimento proposto pela CEPAL não ter condições de gerar, nas economias latinas, um processo de desenvolvimento menos desigual”. Já a vertente weberiana, “schumpeteriana, capitalista, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto argumentavam o porquê da permanência no atraso e da possibilidade, ainda visível, de se lograr um desenvolvimento diferente, moderno, de capitalismo avançado” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 28).

Alguns pesquisadores ligados à CEPAL responderam com vigorosas defesas das teses cepalinas e com intensas críticas aos críticos. Muñoz (1978), cita como exemplo Aníbal Pinto, que, num ataque bastante superficial às argumentações dos “novos teóricos da dependência”, expressou seu ponto de vista centralizando-os, principalmente, nos textos de André Gunder Frank⁵, onde Aníbal Pinto afirmava que a principal fragilidade do novo entendimento da dependência se encontrava na sua “completa falta de visión histórica y, sobre todo, de um entendimento de la naturaleza contradictoria de todos los procesos sociales” (ANÍBAL PINTO, 1971, apud MUNÓZ, 1978, p. 92). Surpreendentemente, Pinto acusava os novos teóricos da dependência de não terem absorvido o elemento histórico e o conceito de contradição no exame dos fenômenos sociais – rigorosamente, o âmago das contribuições das “novas” análises sobre dependência com o respaldo metodológico histórico-dialético (MUÑOZ, 1978).

Já em Frank (1966) havia o entendimento de que o subdesenvolvimento na América Latina não poderia ser explicado pela permanência de instituições arcaicas e/ou pela existência de déficits de capital nas regiões presumivelmente isoladas do desenvolvimento histórico mundial. De acordo com Frank (1966, p. 5), “(...) o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento

⁵ “Andre Gunder Frank participou ativamente no surgimento da teoria marxista da dependência e suas teses tiveram um impacto imediato superior ao restante dos autores. Mas sua visão foi diferente e sua abordagem de metrópole-satélite constituiu apenas a primeira das três concepções que ele defendeu ao longo de sua vida. O período inicial foi, curiosamente, o mais curto e o mais famoso dessa trajetória” (KATZ, 2020).

do capitalismo”. Ou seja, Frank (1966), compreendia o subdesenvolvimento como resultado da integração dos países que hoje são considerados atrasados/pobres.

Eduardo Galeano (2010), intelectual que também se preocupou com a análise da história da América Latina, reforça a argumentação de Frank (1966) quando declara que:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e a sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de pequenos países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos (...) (GALEANO, 2010, p. 18).

O autor segue confirmando ainda que,

(...) o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do subdesenvolvimento do capitalismo mundial. *Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia* (GALEANO, 2010, p. 18-19. Grifos do autor).

Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento internacional do capitalismo explica, além da dependência da América Latina, o subdesenvolvimento dos países pobres da região e, mais especificamente, as condições degradantes de vida e de saúde que os trabalhadores sofrem pela superexploração da força de trabalho. O esforço teórico travado pelos teóricos que se preocuparam em entender o papel desempenhado pelos países latino-americanos, contribuiu significativamente para a compreensão da realidade latino-americana e suas particularidades, pois reiterou que a análise do subdesenvolvimento e da dependência não poderia ser separada do processo mundial de expansão e acumulação capitalista.

Em um salto teórico relevante, e articulando o que inicialmente parecia desarticulado, será apontado que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem duas faces do mesmo

e único processo: a implantação e expansão do capitalismo como sistema mundial. Nesta implantação, o desenvolvimento não é possível sem gerar subdesenvolvimento, e este é apenas o outro resultado necessário do desenvolvimento (OSORIO, 2013). O conceito de dependência nasce de tal crise como um possível fator explicativo para essa situação, no mínimo, paradoxal.

A teoria da dependência se preocupou em explicar por que os países latino-americanos não alcançaram e nem poderão alcançar os mesmos níveis de desenvolvimento que os países considerados desenvolvidos alcançaram dentro dos marcos do capitalismo. A teoria da dependência entende, ainda, que o desenvolvimento da América Latina é condicionado pelas relações comerciais internacionais, numa relação que já nasceu subordinada e dependente dos centros da economia mundial, situação que impele o desenvolvimento da América Latina à determinadas leis específicas, que o caracterizam como um desenvolvimento dependente.

1.3 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

É em meados da década de 1960 e no início da década de 1970 que o tema da dependência atinge, no interior do pensamento latino-americano, seu ponto mais alto. De acordo com Osorio (1984), a inclusão desta noção no campo do marxismo foi um dos elementos que impulsionaram a evolução das ciências sociais nesse período. Entretanto, a apropriação pelo marxismo da categoria da dependência não foi um processo fácil, e muito menos isento de contradições. Pois, foi somente depois de uma década de discussões, avanços e retrocessos que a noção de dependência consegue romper com o cordão umbilical conservador que caracteriza seu nascimento na América Latina.

Segundo Osorio (1984), dois grandes processos marcam a história e o curso das ciências sociais latino-americanas nos anos 1960. Ambos, com raízes totalmente contraditórias, estão na base dos fenômenos que geraram os estudos da dependência e o sentido dessas análises. O primeiro deles é a Revolução Cubana, que se tornou um dos principais parâmetros nas definições teóricas e políticas do continente à época. Osorio (1984) explica que o processo cubano – no que diz respeito aqui – teve o efeito de aprofundar a crise política e teórica do marxismo ortodoxo vigente na América Latina. Este pouco contribuiu, nas décadas anteriores ao feito cubano, para a interpretação dos problemas fundamentais do capitalismo latino-americano.

Nas palavras de Osorio (1984),

La Revolución cubana, más que 1,000 documentos, puso en evidencia lo anquilosado y estéril de dichas reflexiones, abriendo las puertas para una nueva reflexión sobre la realidad latinoamericana a partir del marxismo. Es en este marco que los estudios marxistas de la dependencia hacen su entrada en las ciencias sociales de América Latina (OSORIO, 1984, p. 130).

Outro fator que influencia no surgimento da dependência como objeto de análise nas ciências sociais latino-americanas é a crescente incorporação do capital estrangeiro no processo produtivo dessas economias – ocorrência que exacerba as contradições sociais na região. Conforme Osorio (1984), esse processo acaba com as ilusões de um capitalismo autônomo e com o caráter democrático e progressista da burguesia industrial, que colocou em crise a reflexão dos intelectuais que deram vida à chamada teoria do desenvolvimento e geraram fissuras teóricas na CEPAL, processo esse que radicaliza a noção de dependência.

Nas concepções iniciais, a dependência latino-americana é assumida como resultado de um fenômeno externo: entende-se que as economias da periferia são subordinadas e dependem das decisões e dos altos e baixos que ocorrem no centro desenvolvido. Essas análises, entre as quais se situam os trabalhos da CEPAL, são caracterizadas como "exogenistas", uma vez que não estabelecem uma relação entre fatores externos e os fatores internos ao analisar o "atraso" da América Latina (OSORIO, 1984).

Indo de encontro a essas análises, nasceram correntes teóricas que, denominadas anti-dependentistas, deram uma atenção especial aos elementos internos das economias dependentes para explicar o subdesenvolvimento. Denominadas "endogenistas", essas correntes buscaram explicar as particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano baseados nas relações de produção, na articulação que estas relações estabeleceram com as forças produtivas, na exploração e etc. No entanto, essa corrente não compreendeu que esses aspectos, uma vez que a América Latina se inseriu na dinâmica de acumulação capitalista internacional, só podem ser explicados à luz dos vínculos da região com o mercado mundial (OSORIO, 1984).

Para Osorio (1984),

El problema de este diálogo de sordos derivaba de mirar separadamente uno u otro aspecto: el todo llamado sistema mundial o la parte llamada América Latina. Una vía de solución es analizar el fenómeno conjuntamente y allí aparece un problema paradójico: mientras América Latina pasa a jugar un papel clave para el avance y consolidación de una nueva organización reproductiva mundial, el capitalismo como sistema, lo hace reproduciendo en su seno no relaciones capitalistas, sino modalidades atrasadas de explotación.

Es allí donde se conjugan de manera simultánea lo “arcaico” y lo “moderno” (OSORIO, 1984).

Em linhas gerais, o capitalismo na América Latina não foi o simples resultado do amadurecimento das forças produtivas e das relações de produção, mas a inserção da região na expansão do mercado capitalista mundial teve um papel fundamental em sua gestação. Por isso a necessidade de encontrar uma interpretação que interagisse tanto com as perspectivas quanto com as categorias que abraçavam essas questões, mas não como uma "deformação", quando comparada com as características econômicas ou políticas dos países desenvolvidos, mas como uma forma original e particular da organização capitalista, diferente de outras formas possíveis. Segundo Osorio (1984), o problema não poderia ser resolvido simplesmente olhando para o sistema global: mas também não pode ser compreendido se apenas a América Latina for enfrentada, separada dos movimentos do sistema mundial em ascensão.

É nesse contexto que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto escrevem *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado no México em 1969, mas circulando como material interno do ILPES⁶ desde 1966. A vinculação do externo e do interno na análise da dependência, que abrirá perspectivas fecundas, adquire uma das primeiras expressões na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nela, os autores afirmam que o conceito de dependência pretende dar sentido a uma série de fatos e situações que aparecem juntos em um determinado momento e busca estabelecer por meio deles as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas a partir do modo de conexão entre componentes estruturais internos e externos.

No entanto, não é possível abandonar completamente os fardos do campo intelectual que esses autores procuraram superar. Até então, nos trabalhos da CEPAL, uma das características mais notórias era a ênfase nos elementos econômicos como aspectos explicativos do subdesenvolvimento. Segundo Osorio (1984, p. 134), “(...)hablamos de un énfasis económico, no de un enfoque de economía *política*, por lo que dichos análisis, al desligarse de las clases y su gestión, se limitaban a la consideración de las variables ‘técnicas’ del atraso y los desequilibrios”.

No marxismo, a reflexão desenvolvida em torno da dependência não começou do zero. Ela se apoiou em diversos trabalhos realizados em anos anteriores e que tinham como

⁶ O principal espaço para essas novas abordagens se dá no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão dependente da CEPAL, criado em 1962, e que consegue reunir – ao contrário da CEPAL, onde predominam economistas – cientistas sociais vindos de várias disciplinas sociais, como resultado da percepção de que os problemas do (sub)desenvolvimento exigiam visões multidisciplinares.

denominador comum a negação do caráter feudal da formação social latino-americana. Nas mãos de intelectuais que reivindicam o marxismo como corpo teórico e metodológico de análise, os estudos sobre a dependência colocaram em primeiro plano a reprodução do atraso e do subdesenvolvimento nas formações sociais latino-americanas. No entanto, esses estudos continuaram a apresentar por um longo período vários pesos de seu passado, que demoraram a desaparecer. Mesmo quando houve a superação de muitas dessas limitações anteriores, ainda prevaleceram nelas um caráter sociológico e descritivo, impedindo que ocorresse um avanço nas leis econômicas que permitiriam explicar as especificidades do capitalismo dependente latino-americano.

Um dos principais autores que ajudou a definir a nível teórico e metodológico o novo objeto de estudo foi o sociólogo brasileiro Theotonio dos Santos. Suas críticas à teoria do desenvolvimento e suas formulações sobre as várias "formas de dependência", permitiram mostrar que o estudo desta problemática era um caminho de análise indispensável. Seu livro *Imperialismo y dependencia*⁷, publicado inicialmente em 1978 no México, reúne trabalhos que o autor desenvolveu nesta época, juntamente com estudos sobre imperialismo à crise mundial capitalista, questões para as quais Theotonio direcionou sua atenção.

Os mesmos méritos damos à Vania Bambirra, também uma das precursoras desta nova corrente marxista. Em seu livro, *El capitalismo dependiente latinoamericano*, escrito originalmente em 1970 e publicado pela primeira vez em 1972 no Chile, Bambirra critica a tipologia proposta por Cardoso e Faletto entre economias de enclave e economias com controle nacional do processo de produção, desde aspectos metodológicos até aspectos conceituais. Além disso, Bambirra propõe uma nova classificação aos países latino-americanos baseada no tipo de estrutura⁸ produtiva que esses países apresentaram no momento de integração ao mercado internacional, após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse estágio de desenvolvimento da teoria da dependência, foram as obras de André Gunder Frank que se tornaram o centro das críticas. Não foi por acaso. Em Frank, os elementos que definiam a teoria marxista da dependência da época foram sintetizados de forma muito

⁷ Este livro é um clássico das ciências sociais latino-americanas e expressa sua projeção internacional. Nele, Theotonio dos Santos reúne e reelabora trabalhos anteriores: *La crisis norteamericana y América Latina* (1972), *Dependencia y cambio social* (1972) e *Imperialismo y corporaciones multinacionales* (1973). O livro ganhou também publicações no Japão em 1978, na China em 1992, ampliando, assim, o alcance das três obras de que parte, editadas na Argentina, Espanha, Portugal, Venezuela, Colômbia e México.

⁸ Bambirra (2015) estabelece dois tipos de estruturas: a primeira seriam *estructuras diversificadas*, nas quais predominaram o setor primário exportador, havendo, no entanto, processo de industrialização em expansão; e a segunda, seriam *estructuras de exportação primária*, cujo setor o secundário era composto quase exclusivamente de indústrias caseiras.

clara. Osorio (1984) destaca que suas formulações sobre a especificidade do capitalismo latino-americano esbarraram na dificuldade de encontrar as ferramentas e conceitos teórico-metodológicos que explicassem a situação. Por outro lado, a conclusão de que a única solução real para os povos do continente estava no socialismo constituiu um escândalo para pensadores não marxistas e para os propulsores da revolução por etapas.

Conforme Osorio (1984), devido as fragilidades da análise e das teses provocativas, não foi surpresa todos os questionamentos em seus apontamentos. Apesar das limitações encontradas no autor, Osorio (1984) considera Frank (1966) quem melhor sintetizou este primeiro pressuposto da abordagem da dependência por parte do marxismo latino-americano.

Mas será com Ruy Mauro Marini que serão formuladas e consolidadas as bases da economia política da dependência, marcando com seu livro *Dialética da Dependência* (1973) o corte no processo de transição de uma categoria que, surgida em um campo teórico alheio ao marxismo, assume um estatuto teórico marxista. Em *Dialética da Dependência*, o marxismo latino-americano atinge seu ápice como formulação das leis e tendências que engendram e movem o capitalismo “*sui generis*”⁹ denominado dependente – conceito que só pode ser entendido após uma década de árduos estudos e discussões sobre o tema.

Nas palavras de Marini (2011),

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida (MARINI, 2011, p. 184).

Em conformidade com o pensamento de Marini, Traspadini e Stedile (2011, p. 31) evidenciam que

(...) o importante era compreender os mecanismos concretos de articulação do capital em cada momento histórico, para fazer meu modo de produção vigorar como dominante em contraposição ao do seu grupo antagônico. Entender o emaranhado de relações próprias de um modo de ver e atuar no mundo a partir de elementos muito concretos: modo de produção capitalista, apropriação privada do capital, exploração do trabalho, concentração e centralização da

⁹ O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

riqueza e da renda (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 31).

Apesar da necessidade de caminhar nesta linha, uma vez que a obra de Marini (1973), por seu nível geral, não se aprofunda no exame de situações particulares que permitiriam introduzir um certo grau de relativização em muitos dos enunciados, Osorio (1984, p. 138) salienta a “la esterilidad presente en la economía política producida con posterioridad a dicho libro”. Nesse sentido, o trabalho de Marini é pioneiro e só teve continuidade em outros ensaios que também pertencem a ele: *Las razones del neodesarrollismo* (1978) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979).

A dependência, na perspectiva marxista de Ruy Mauro Marini (2011, p. 134-135), é entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Em trabalhos posteriores, Marini insere novos elementos no desenvolvimento da teoria da dependência, em particular no que diz respeito ao peso assumido pela produção de mais-valia extraordinária na economia latino-americana.

Dialética da Dependência (1973) também chama a atenção dos cientistas sociais da região que debatiam a problemática da dependência. Assim, logo os posicionamentos críticos e de diversas perspectivas chegaram aos trabalhos de Marini. Destacamos aqui Cardoso e Serra, que afirmaram que a análise de Marini (1973) era marcadamente economicista, argumentando que nas análises econômicas de Marini (1973) não apareciam as classes sociais e a luta de classes. Nas palavras de Osorio (1984), os críticos estavam ignorando uma das principais debilidades no desenvolvimento do marxismo latino-americano: o fraco desenvolvimento na economia política¹⁰.

¹⁰ Conforme Osorio (1984, p. 138-139), “Uno de los principales problemas del nuevo marxismo en los años sesenta fue su incapacidad para avanzar en una economía política de la dependencia, cuestión que en parte se explica porque la mayoría de los teóricos de esta corriente eran sociólogos o provenían de escuelas ajenas a la economía política. Tal era el caso de Dos Santos, Frank, Bambirra, Vasconi, etcétera. Igual situación prevaleció en los análisis de Cardoso y Faletto. El débil desarrollo de esta disciplina provenía de décadas anteriores en el marxismo latinoamericano, en el que la historiografía económica predominó por sobre los análisis propiamente económicos. Ellos fueron patrimonio de corrientes no marxistas, como en el caso de los trabajos de la CEPAL. Esto no constituía un problema menor en el tema que nos ocupa, ya que marcó los límites a los cuales podía arribar el marxismo latinoamericano en la exploración de las raíces de la forma dependiente de desarrollo. El problema tenía su nudo en el campo económico, y es allí donde había que encontrar los fundamentos del subdesarrollo. La explicación necesariamente debía realizarse en el plano de la economía política, como base para posteriores estudios que dieran cuenta de los fenómenos del Estado, las clases, la política, etcétera. Sólo una economía política de la dependencia podía gestar la comprensión de la legalidad vigente en la producción y reproducción del capitalismo latinoamericano. Los autores anteriores incursionan en el campo de la economía, pero tales avances sólo sirven para acopañar tangencialmente el análisis sociológico, o se realizan con base en categorías que dificultan la cabal comprensión del problema”.

Para Osorio (1984), nesse tipo de crítica é possível observar o quanto o sociologismo é vigente nas ciências sociais latino-americanas, onde

(...) las esferas social y política adquieren tanta autonomía que se explican a sí mismas, dejando de lado la incidencia de la economía en la definición de los procesos sociales. Se fundamentan, sin embargo, en un problema real: el grosero estructuralismo económico prevaleciente en el marxismo vulgar, en donde la *infra* lo explica todo (OSORIO, 1984, p. 140).

Outra crítica muito generalizada da obra de Marini (1973), é a que afirma que em Dialética da Dependência prevalece uma análise circucionista sobre a análise da esfera produtiva. Marini (1973) iniciou sua análise partindo da circulação de capitais e mercadorias para entender a ligação entre o mercado mundial e a América Latina, o que, segundo Osorio (1984, p. 140) se confunde “con un problema de objeto, cual es analizar el ciclo del capital que a partir de dicha vinculación se crea en la región, y las leyes que asume en su reproducción”. Devido a isso, os críticos supõem, equivocadamente, que Marini (1973) considerava uma superioridade da circulação sobre a produção no funcionamento do modo de produção capitalista.

Por último, mas não menos importante, a categoria da superexploração é também um dos pontos mais polêmicos no debate da dependência nas ciências sociais latino-americanas. Em linhas gerais, a categoria da superexploração é entendida pelo processo ao qual a força de trabalho “é remunerada abaixo do seu valor” (MARINI, 2011, p. 150). Ponto-chave das disputas sobre o caráter do capitalismo latino-americano, a categoria sofre com diversas e incorretas interpretações. Para alguns, a categoria abrange apenas processos passados, anteriores ao capitalismo. Outros, aceitando que se trata de um fenômeno que pode ocorrer no capitalismo, restringem-na às formas de produção de mais-valia absoluta e, na medida em que assumem que o capital industrial é regido pela produção de mais-valia relativa, entendem-na como um extraordinário e acidental mecanismo. Terceiros a confundem com o processo de empobrecimento absoluto e, como o capital não pode “liquidar” a força de trabalho, assumem de maneira incorreta a tese da superexploração (OSORIO, 1984). Aqui, entendemos a superexploração como a pedra angular que permite a mais lúcida compreensão das especificidades do capitalismo latino-americano, na medida em que ela dá conta das formas particulares em que se baseia a produção da mais-valia, em como a força de trabalho é (super)explorada e as consequências que dela decorrem para a saúde do trabalhador latino-americano, aqui objeto central da nossa pesquisa.

2 O CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO

Qual a particularidade da América Latina, que mesmo realizando as receitas e algumas das políticas que geraram desenvolvimento em outras áreas e economias no sistema mundial capitalista, a região ainda se encontra no atraso e no subdesenvolvimento? Foram inquietações e indagações nessa linha de pensamento que deram vida entre os anos 1960 e 1970 à Teoria Marxista da Dependência. Sua formulação, somada aos trabalhos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe nas décadas de 1950 e 1960 constituem, como vimos, duas das contribuições fundamentais que a teoria social latino-americana deixou para o desenvolvimento das ciências sociais em geral.

Neste capítulo, utilizaremos algumas das principais contribuições da Teoria Marxista da Dependência para explicar o caráter do capitalismo dependente latino-americano. As contribuições da TMD abriram um período de agudos debates e discussões, teórica e metodologicamente, e em particular, nas indicadas por Ruy Mauro Marini, que moldou as

propostas mais ousadas, mas também de maior consistência explicativa sobre o subdesenvolvimento prevalecente na região.

2.1 A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA AO MERCADO MUNDIAL

As formas de sociedade se diferenciam não só quando se trata dos métodos de produção utilizados por ela, mas também quando as relações sociais entre os homens são diferentes. Como afirma Marx (2013), as relações sociais que se estabelecem entre os produtores, as condições em que trocam suas atividades e participam da totalidade do ato de produção, hão de variar naturalmente de acordo com o caráter dos meios de produção. Assim, as relações sociais dentro das quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, são transformadas com a modificação e a evolução dos meios materiais de produção, das forças produtivas.

Dessa forma, as relações de produção em sua totalidade constituem o que se denomina de relações sociais, de sociedade, e na realidade uma sociedade numa fase histórica definida de desenvolvimento, uma sociedade com um caráter próprio distinto. A sociedade antiga, a sociedade feudal e a sociedade burguesa são entidades totais das relações de produção, e cada qual denota, ao mesmo tempo, um estágio especial de desenvolvimento na história da humanidade. Aqui, pressupomos a consolidação do modo de produção capitalista, que tem como principal característica a concentração da propriedade privada dos meios de produção nas mãos de poucos, de um lado, e uma significativa quantidade de homens livres, desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, de outro¹¹.

O modo de produção capitalista se conforma quando a *produção mercantil simples* dá lugar a *produção mercantil capitalista*. Na produção mercantil simples, a forma imediata da circulação de mercadorias é M – D – M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), isto é, a transformação da mercadoria em dinheiro e (re)transformação do dinheiro em mercadoria. O processo se dava da seguinte maneira: o produtor independente (camponeses e/ou artesãos), no intuito de adquirir outras mercadorias fundamentais para seu consumo pessoal, ou ainda,

¹¹ “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não tem nada para vender, a não ser a sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013, p. 808-809).

para a continuação do seu trabalho, levava até o mercado (local) suas mercadorias para vendê-las e, assim, adquirir outras mercadorias. O foco, na produção mercantil simples, estava, portanto, em vender para comprar outra mercadoria.

No entanto, a troca de mercadorias vai, pouco a pouco, se tornando mais complexa, tornando a demanda por mercadorias cada vez maior. Isso fará com que o comércio se desenvolva e, como consequência, amplie suas atividades comerciais. Todo esse processo desencadeia transformações fundamentais no interior da produção mercantil simples. Com a troca de mercadorias mais complexa, um novo “sujeito” se integra às relações na produção mercantil simples: o comerciante. A partir daí, a expressão anterior se torna distinta, sendo o processo de circulação agora representado da seguinte maneira: $D - M - D+$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido). Mas o que realmente diferencia entre si os dois ciclos $M - D - M$ e $D - M - D+$ é a ordem invertida de sucessão das mesmas fases antitéticas de circulação. A circulação mercantil simples de mercadorias começa e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria (MARX, 2013).

De acordo com Marx (2013), uma determinada quantia de dinheiro só pode se distinguir de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo $D - M - D+$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é retirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. Os lucros que os comerciantes obtinham fundaram-se somente na diferença entre o quanto eles pagavam e o quanto recebiam pela mercadoria transacionada (momento $D+$ representado acima). Desse modo, eles não participavam das atividades produtivas, seja nos lugares onde compravam suas mercadorias, seja nos lugares onde vendiam.

Já na produção mercantil capitalista, os fundamentos que garantem a sua produção diferem, inteiramente, dos fundamentos da produção mercantil simples. Se ambas têm em comum a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista essa propriedade não pertence mais ao produtor direto, e sim ao capitalista. Nesse modo de produção, o trabalho pessoal do proprietário desaparece, dando lugar ao trabalho assalariado. O capitalista, apesar de ser o dono dos meios de produção, não trabalha diretamente nela: ele compra a força de trabalho que, com os seus meios de produção, irá produzir mercadorias e garantir o seu lucro.

A circulação mercantil capitalista irá se manifestar na seguinte expressão: $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro + mais-valia). Diferentemente do $D+$ obtido pelo comerciante, o D' que o capitalista obtém ao final do processo advém de um acréscimo de valor gerado na produção, pela intervenção da força de trabalho. A particularidade da produção mercantil capitalista está, pois, na entrada de dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista ou burguês, detentor de dinheiro e dos meios de produção; e o trabalhador assalariado, que pode se tornar o produtor direto porque está livre para vender, assim como outras mercadorias, a sua força de trabalho¹². Assim, a produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, fundamenta-se na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra por meio do salário. Os ganhos e lucros do capitalista, dissemelhantemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração da força de trabalho, que reside no interior do processo de produção de mercadorias, controlado pelo capitalista (MARX, 2013).

Consideramos essa rápida digressão indispensável para entendermos como a “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge”. Já que “O comércio mundial e mercado mundial instauram, no século XVI, a história moderna do capital” (MARX, 2013, p. 223). Pois, é com a formação do mercado mundial que as transformações nas estruturas de produção se dinamizam e assumem um importante papel na expansão e reprodução de toda a engrenagem econômica.

Desse modo, entendemos que o mercado se consolida, essencialmente, na compra e na venda de mercadorias. Seu alcance é estabelecido pelo local de origem de seus participantes, sejam eles os vendedores e/ou compradores. Dessa forma, um mercado pode ser local, nacional ou internacional. A movimentação de um mercado local está mais restrita aos habitantes que se encontram geograficamente mais próximos a ele. O mercado nacional, por sua maior capacidade de abrangência, envolve todos aqueles que se localizam dentro das fronteiras de um mesmo país. Já um mercado internacional, abarca toda a esfera de troca de mercadorias onde participam vendedores e compradores de todas as partes do mundo (FRANKLIN, 2017).

No entanto, a conformação do mercado internacional trouxe consigo uma estruturação da produção que, ao mesmo tempo em que sistematiza e articula a produção de mercadorias,

¹² “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx, 2013, p. 242).

também transforma essa produção em uma inédita forma de organização da vida social. É com o advento do modo de produção capitalista e com a contínua necessidade de expansão dos mercados para seus produtos, que a incipiente burguesia é impelida a conquistar todo o globo terrestre.

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (2008), escrevem que

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Em vez de necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas, supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações, surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. (MARX; ENGELS, 2008, p. 14).

Essa “interdependência geral entre os países” é resultado do desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. No entanto, é necessário destacar que essa interdependência não significou igualdade nas condições de participação dos países nesse mercado internacional. Em primeiro lugar, é indispensável considerar que a dinâmica de acumulação capitalista engendrou um desenvolvimento desigual das distintas economias nacionais, que acabou produzindo desigualdades também nas relações econômicas que se estabeleceram entre essas nações.

De acordo com Osorio (2016), foi pelas inúmeras promessas civilizatórias, de desenvolvimento e prosperidade para os povos, de uma ordem estatal fundamentada em liberdades que harmonizariam os interesses individuais e sociais, de igualdades políticas e sociais, que a modernidade capitalista apresentou uma narrativa de poderosa força intelectual e política. As significativas transformações industriais, a efervescência produtiva e o entusiasmo pelo progresso, bem como as expressivas revoluções políticas e a abundância nos centros imperiais, tudo o que ali se encontrava tinha, no entanto, como contracapa o colonialismo, a exploração, o saque das riquezas, o extermínio dos povos originários e uma organização colonial de submissão e desapropriação.

Não foi por acaso a metáfora utilizada por Marx (2013, p. 830) quando ele assinalou que “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”. Pois, se o capitalismo se estabelece na sociedade europeia com indícios de estranha barbárie, ele se

fará presente também nas terras coloniais, e com maior intensidade na América Latina e Caribe, territórios que exerceram um papel fundamental nesse novo marco histórico.

Assim, quando o território latino-americano se insere na dialética do desenvolvimento do capitalismo mundial, ele reproduz as leis que regem sua dinâmica integralmente, no entanto, pelas suas particularidades de inserção e desenvolvimento, essa reprodução é acentuada ao extremo. Como veremos, a superexploração da força de trabalho em que se edifica, o conduziu para uma situação marcada pela drástica cisão entre as tendências próprias do sistema e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista – que, por um lado, implica na concentração da riqueza nas mãos de poucos e, por outro lado, o pauperismo absoluto da grande maioria da população –, se expressa aqui com toda brutalidade (BAMBIRRA, 2015).

Para Osorio (2016), o território latino-americano, desde a sua integração na dinâmica de acumulação capitalista internacional, revela-se como uma exclusão necessária – e portanto incluída – que possibilita as vias de desenvolvimento para a modernidade capitalista. Assim, as transformações ocorridas na estrutura do sistema de dominação dos países latino-americanos – que tem início nas três últimas décadas do século XIX e cujas consequências incidiram na forma como se configurou a América Latina nas quatro primeiras décadas do século XX – devem ser explicadas considerando as mudanças geradas no sistema capitalista dos países mais desenvolvidos, que determinam o curso do capitalismo mundial, do qual os países dependentes fazem parte.

De acordo com Marini (2011), o processo de integração da América Latina à dinâmica de acumulação capitalista internacional se inicia com a ruptura do monopólio colonial ibérico, pois como a Inglaterra detinha soberania sobre Portugal e Espanha, o controle e a exploração desses territórios ficaram sob seu domínio. A partir daí, inicia-se um processo de independência política que, alcançada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir um grupo de novos países que se articularão diretamente com a Inglaterra, e, “em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo”. (MARINI, 2011, p. 134).

De acordo com Marini (2011),

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a

dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-5).

Dessa forma, os países que possuíam uma certa infraestrutura econômica, desenvolvida na fase colonial, e que se apresentaram aptos a criar condições políticas relativamente estáveis foram os países que imediatamente responderam às exigências da demanda internacional. Segundo Marini (2017a, p. 48), “Chile, Brasil e, pouco depois, Argentina aumenta sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles europeias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro e lã”. Simultaneamente, e valendo-se, inclusive, do crédito fornecido pela Inglaterra, esses países elevaram suas importações de bens de consumo não duráveis e começam a construir um sistema de transporte por meio das primeiras ferrovias e de obras portuárias, destravando um mercado complementar à nascente produção europeia. (MARINI, 2017a).

No entanto, novas potências econômicas se lançam para o mercado exterior. Inclusive os Estados Unidos¹³, que se insere nessa dinâmica com uma política própria do continente americano, e que estava em constante colisão com os interesses britânicos, culminando em significativas transformações no capitalismo internacional a partir de 1875. Marini (2017a, p. 49) afirma que “No próprio campo do comércio, a influência estadunidense é considerável, tornando perceptível em alguns países, principalmente no Brasil, a tendência a direcionar suas exportações para a nova potência do norte”.

Por outro lado, o que acontece nos países centrais é um crescimento do desenvolvimento da indústria pesada, com uma tecnologia proporcional a esse desenvolvimento. Com isso, a economia se direciona para uma maior concentração das unidades produtivas, abrindo espaço para o surgimento dos monopólios. Essas características, traçadas fundamentalmente nos processos de acumulação capitalista realizados em períodos antecedentes, pressionam o capital a procurar novos campos de aplicação fora das fronteiras

¹³ Esse processo integrador do sistema capitalista no plano mundial se gestava desde finais do século XIX, mas somente após a Segunda Guerra Mundial se tornou possível sua culminação e consolidação, fundamentalmente devido às consequências da guerra para o grande desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos. Convém destacar que a Segunda Guerra Mundial impulsionou o desenvolvimento de suas forças produtivas de forma talvez sem precedentes na história do capitalismo mundial, devido à dinâmica provocada pela demanda por produtos bélicos, além da grande recuperação e expansão do comércio mundial (para fins propriamente militares e de abastecimento), sem que Estados Unidos tivessem que sofrer os efeitos da guerra em seu próprio território (BAMBIRRA, 2015). Os efeitos dessa reorganização da economia mundial para a América Latina serão posteriormente evidenciados no tópico 2 deste capítulo, *O desenvolvimento industrial latino-americano*.

nacionais, por meio de financiamentos, aplicações em ações, empréstimos públicos e privados e, em menor medida, investimentos diretos (MARINI, 2017a).

Dessa forma, à diferença dos créditos externos concedidos, num primeiro momento, para a elevação das importações de bens de consumo não duráveis e para a construção de um sistema de transporte, o papel que o capital estrangeiro passa a assumir na América Latina é o de retirar visivelmente uma parcela da mais-valia gerada no interior dessas economias, contribuindo tanto para a ampliação da concentração de capital nas economias centrais, quanto para o processo de expansão e dominação imperialista.

Assim, considerando o impacto causado pelo efeito multiplicador da infraestrutura de transportes e pela demasiada quantidade de capital estrangeiro na América Latina, mas, sobretudo, considerando também o processo de industrialização e urbanização ocorridos exponencialmente nos países centrais – que dilata a demanda mundial de matérias-primas e alimentos – a economia exportadora latino-americana conhece um auge sem precedentes. Entretanto, Marini (2017a, p. 50) afirma que esse auge está “marcado por um aprofundamento da sua dependência frente aos países industriais, a tal ponto que os novos países que se vinculam de maneira dinâmica ao mercado mundial desenvolvem uma modalidade particular de integração”.

Conforme Marini (2017a),

Em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível a ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional (MARINI, 2017a, p. 50-1).

Todavia, cabe destacar que, mesmo que estejam condicionados pela dependência econômica frente ao mercado mundial, nos países em que as classes dominantes locais controlam a principal atividade produtiva e de exportação, constata-se uma certa autonomia tangente às decisões de investimento. Segundo Marini (2017a), parte desses investimentos são direcionados às atividades vinculadas ao consumo do mercado interno. Isso se dá tanto pela necessidade de atender a demanda das classes da população que não tem possibilidades de adquirir bens importados, como também por ser uma forma de se proteger das crises cíclicas do capital que afetam regularmente as economias centrais. Destarte, verifica-se que em alguns

países – como, por exemplo, a Argentina, o Brasil ou o México –, ao lado de uma indústria voltada principalmente à exportação, desenvolve-se também uma indústria leve que produz para o mercado interno, e que, gradualmente, dará lugar a núcleos fabris de considerável importância (MARINI, 2017a).

Já nos países em que a principal atividade de exportação é controlada por capitalistas estrangeiros, a mais-valia extraída na esfera do mercado internacional fica nas mãos desses capitalistas, e por isso, somente uma parte dela volta à economia nacional por meio de tributos e impostos que são pagos ao Estado. Daí se desdobram duas consequências: a primeira delas é que, “redistribuída às classes dominantes locais – que por isso disputam o controle do Estado –, essa parte da mais-valia se converte em demanda de bens importados, reduzindo consideravelmente o excedente passível de ser reinvestido”. A segunda se manifesta quando “a parte de mais-valia que permanece em mãos do capitalista estrangeiro somente é investida no país se as condições da economia central assim exigirem” (MARINI, 2017a, p. 52).

Dessa forma,

(...) com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigentes no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2017a, p. 52).

O resultado disso é que as classes dominantes locais tendem a compensar suas perdas internacionais aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores, através de um processo ao qual Ruy Mauro Marini denominou de superexploração da força de trabalho. Essencialmente, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida é a superexploração, e isso decorre “em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 2017a, p. 52).

Nas economias centrais, tal processo de integração se harmoniza com um expressivo e vertiginoso crescimento do setor de bens de capital, especialmente perceptível nas indústrias que, dentro desse setor, encontravam-se vinculadas à produção bélica. Ao mesmo tempo, verifica-se uma hipertrofia do Estado, que se torna agente indispensável na produção e consumo dessa economia, principalmente no que tange à indústria de guerra. Em última análise, esse processo impulsiona a acumulação de capital no interior do sistema, que tende a concentrar – através da superexploração da força de trabalho na periferia do capitalismo – parcelas cada vez maiores da mais-valia nos centros integradores. A ampliação do excedente

passível de ser investido que os centros integradores passam a dispor, provoca um crescimento contínuo dos investimentos diretos nas economias periféricas, acarretando, gradualmente, na efetiva integração do sistema produtivo destas economias aos centros integradores (MARINI, 2017a).

O andamento desses processos se associa com o crescimento e a diversificação do sistema produtivo periférico, que foram desencadeados pela própria integração da América Latina à dinâmica de acumulação capitalista mundial. No entanto, a crise do mercado imperialista que deflagrou na segunda década do século XX, altera significativamente a antiga forma de vinculação (primário-exportador) das economias periféricas aos centros integradores. Essa é a mais importante consequência decorrente da crise imperialista, uma vez que essa alteração não se restringirá apenas aos momentos em que o mercado mundial se encontrar em retração. Ela se manifestará, sobretudo, como uma tendência permanente, pois, devido ao aparecimento de novas regiões produtoras, impelidas pela própria expansão imperialista, e também pelo desenvolvimento de produções similares ou substitutos artificiais nas economias centrais, foram reduzidas consideravelmente as oportunidades de acordos e transações comerciais com a América Latina.

Assim, pela impossibilidade de seguir importando produtos manufaturados, setores mais altos de algumas sociedades dependentes ficam insatisfeitos com a demanda não atendida. Foi, então, para atender essa demanda – em circunstâncias nas quais o poder aquisitivo nem sempre tinha caído significativamente durante a crise – que as indústrias nacionais tiveram que se desenvolver, e o fizeram com maior ou menor rapidez em função da sua base anterior.

De acordo com Marini (2017a),

A crise do setor externo, representada pelas restrições às exportações e pelas consequentes dificuldades para satisfazer o consumo interno através das importações, exigia mudanças na atividade econômica da região. Assim, a industrialização via **substituição de importações**¹⁴ se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns, como a

¹⁴ A substituição se realiza, num primeiro momento, no setor de bens de consumo leves; passa posteriormente aos setores de bens de consumo duráveis; chega aos bens de produção intermediários; e, por último, alcança o setor de bens de produção pesados, isto é, máquinas de fazer máquinas – ainda que, a rigor, a indústria pesada não tenha se desenvolvido num processo de industrialização propriamente substitutivo, uma vez que, em alguns países, essa sucessão das etapas da industrialização não pode ser considerada de forma rígida, pois existem casos em que elas não se realizaram nesta ordem. Como o caso do Brasil, por exemplo, em que a indústria de bens intermediários precede a de bens de consumo duráveis. (CF Bambilra, 2015, p. 64).

Argentina, Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis (MARINI, 2017a, p. 54, grifo nosso).

De toda forma, a existência industrial dedicada ao mercado interno gera a base objetiva para uma transformação da atividade econômica quando ocorre a crise do mercado mundial. Como mencionado, a restrição das importações abre novas possibilidades de crescimento, com vistas a atender a demanda interna insatisfeita. Por outro lado, esse setor irá se beneficiar com o excedente econômico produzido na atividade exportadora, tanto pela diminuição das oportunidades de investimento, quanto pela tendência desse excedente fluir para a indústria através do sistema bancário.

Para Marini (2017a, p. 57), o acordo que foi definido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial “expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalização dominante”. As discordâncias que se gestavam no interior dessas classes sobre a política cambial e de crédito, somada às incessantes tentativas da burguesia industrial de direcionar para si o excedente gerado no setor exportador, e sua intenção de assegurar do Estado o desenvolvimento de setores básicos, foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que, segundo Marini (2017, p. 57), “se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder”.

Como veremos adiante, a aceleração que, durante a Segunda Guerra Mundial, produz-se no processo de industrialização latino-americano – e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho percorrido desde os anos 1930 pela Argentina, Brasil e México – reforça consideravelmente o pólo interno e cria condições para uma luta mais aberta pelo domínio dentro da coalização dominante. Historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não duráveis, e leva à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital.

Num primeiro momento, a burguesia industrial toma consciência desta situação pelo esgotamento relativo da expansão da indústria leve no mercado interno. Isto conduzirá a burguesia industrial a buscar alternativas que ampliem a escala do mercado.

Conforme Marini (2017a), isso se dará através

(...) da abertura de frentes externas, ou através da dinamização do próprio

mercado interno – mediante políticas de redistribuição da renda, que vão desde o aumento dos salários até a proposta de uma reforma agrária (como ocorreu, em parte, com Perón, e mais fortemente com Vargas, em seu segundo período de governo, entre 1950 e 1954). No entanto, o bloqueio enfrentado pela indústria leve para sua expansão, junto às dificuldades de importar bens intermediários e os equipamentos necessários, levam a burguesia a encarar a segunda etapa do processo de industrialização, ou seja, a criação de uma indústria pesada (MARINI, 2017a, p. 58).

É importante destacar que essas modificações na América Latina se tornam mais evidentes no mesmo momento em que a reestruturação do mercado internacional, pela hegemonia dos Estados Unidos, consolida o imperialismo como o direcionamento à integração dos sistemas de produção. Segundo Marini (2017a), essa integração é estimulada por duas questões essenciais. A primeira delas está relacionada,

(...) com o avanço da concentração de capital em escala mundial, o que deposita nas mãos das companhias internacionais uma superabundância de recursos passíveis de ser investidos, que necessitam buscar novos campos de aplicação no exterior. A tendência declinante do mercado de matérias-primas e o desenvolvimento de um setor industrial vinculado ao mercado interno nas economias periféricas fizeram com que este setor atraísse capital estrangeiro em busca de oportunidades de investimento (MARINI, 2017a, p. 59).

A segunda delas, ainda conforme o referido autor, se dá através do

(...) grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, acompanhado de uma aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização (MARINI, 2017a, p. 59).

No entanto, quando as burguesias nacionais dos países latino-americanos começaram a direcionar seus esforços para o desenvolvimento do seu próprio setor de bens de capital, elas se depararam com a pressão do capital estrangeiro, que, nesse momento, visava adentrar na economia periférica e implantar, eles, este setor. No tópico seguinte, veremos, ainda que brevemente, como se desenvolveu o processo de industrialização nesse continente, sem perder de vista a integração subordinada da América Latina às economias centrais dentro da divisão internacional do trabalho.

2.2 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LATINO-AMERICANO

Como vimos, a América Latina desenvolve sua economia atendendo às necessidades do mercado mundial. Assim, o continente latino-americano reproduz em seu seio as relações de produção que se estabeleceram no início da formação do mercado mundial e também das condições que determinavam seu caráter e expansão. Portanto, o processo de industrialização desencadeado em alguns países da América Latina¹⁵ com início no século XIX se efetiva incorporado na dinâmica capitalista mundial. Além disso, esses países se inserem com seu papel dentro da esfera produtiva já demarcado como exportadores de produtos primários, e, em cada um deles, o setor econômico fundamental é o setor exportador¹⁶. Dentro do setor exportador e também dos setores que lhe auxiliam estão as classes oligárquicas dominantes, constituídas “pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal”. Assim, a burguesia industrial¹⁷ que surge e se desenvolve atrelada à indústria, se depara com esse “sistema de dominação oligárquico – como parte do contexto do capitalismo mundial” (BAMBIRRA, 2015, p. 76).

De acordo com Bambirra (2015, p.77), a indústria que se desenvolve na América Latina foi estimulada “pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente desse setor”. Entretanto, a autora destaca que a autonomia da indústria é relativa, pois “embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de

¹⁵ Consideramos, neste tópico, a análise feita por Vânia Bambirra em seu livro *O capitalismo dependente latino-americano* (2015). Nele, a autora busca compreender quais foram as condições que permitiram o desenvolvimento da industrialização da América Latina. Aqui, especificamente, limitamos nosso exame aos países que Bambirra (2015) define como *tipo A*, que são os países que já tinham iniciado seu processo de industrialização antes do pós-guerra. Seriam eles: México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia.

¹⁶ Nas palavras de Marini (2011, p. 157), “A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional”.

¹⁷ De acordo com Bambirra (2015, p. 80), “a burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas, não apenas porque o desenvolvimento da indústria ocorre no seio do sistema oligárquico – e por oligarquia entendemos todos os setores das classes dominantes vinculados direta ou indiretamente ao setor primário-exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detenham a propriedade da terra sem torná-la majoritariamente produtiva – mas, também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com os setores industriais”.

sobrevivência e expansão”. Assim, as limitações da indústria são encontradas na “dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto”.

No entanto, à medida que a indústria se desenvolve, surgem novas demandas provocadas pelo próprio impulso que lhe dá origem, fazendo com que este setor se amplie vigorosamente. A partir daí, vão se erguendo indústrias têxteis, de gêneros alimentícios, móveis, materiais de construção e etc. Cabe destacar que toda essa movimentação se intensificará quando – diante do cenário internacional suscitado pela Primeira Guerra Mundial, pela crise de superprodução/subconsumo de 1929 e, em seguida, pela Segunda Grande Guerra – promovem-se incentivos para a implantação de novas indústrias pela acentuação do processo de substituição de importações (BAMBIRRA, 2015). Assim, quando se fala em industrialização na América Latina, em geral, se fala de substituição de importações.

De acordo com Bambirra (2015),

(...) o processo que assim ficou conhecido não pode ser menosprezado, pois foi a forma através da qual [a América Latina] conseguiu impulsionar a montagem de seu parque industrial. Os mecanismos desse processo consistiram, fundamentalmente, em sua primeira etapa, na substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais. Isso foi possível devido à contenção das importações, o que gerou uma demanda não atendida. A partir dessa situação foram criadas as condições para utilização das divisas obtidas mediante a exportação dos produtos do setor primário (agrícola ou de mineração), orientando-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para a instalação de fábricas no território nacional, destinadas à produção de bens anteriormente importados (BAMBIRRA, 2015, p. 63).

Nas economias centrais, nesse mesmo período, constata-se um significativo progresso no setor de bens de capital, o que gera uma necessidade de escoamento dos maquinários e equipamentos ali fabricados – que são sempre mais aprimorados – para serem utilizados no setor secundário das economias dependentes. Diante desse cenário, emerge, nas economias centrais, um interesse em estimular na América Latina o processo de industrialização, visando, principalmente, criar novos mercados consumidores para a indústria pesada. Para Marini (2011, p. 167), o processo de industrialização latino-americana ajusta-se, assim, “a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente”.

Destarte, ainda que o cenário internacional tenha criado condições apropriadas para reforçar o processo de industrialização¹⁸ na América Latina, é necessário destacar que em alguns países, a exemplo da Argentina e do México, o desenvolvimento desses mecanismos já acontecia anteriormente, pois, no núcleo dessas economias encontrava-se um componente que possibilitava a utilização da conjuntura internacional visando impelir o desenvolvimento industrial. Tal componente é a presença de um mercado interno que se ampliou de maneira estruturada nesses países, graças ao desenvolvimento de relações de produção tipicamente capitalistas¹⁹ que, gradativamente, passam a ser preponderantes em setores-chave da economia primário exportadora (BAMBIRRA, 2015).

Segundo Bamberger (2015), as causas que conduziram para a constituição das relações de produção tipicamente capitalistas e a conformação de um mercado interno nessas economias estão diretamente relacionadas com as modificações que aconteceram no desenvolvimento produtivo dos países mais desenvolvidos do sistema capitalista mundial, a partir do século XIX. Essas modificações, decorrentes do que ficou conhecida como a segunda Revolução Industrial²⁰, estabeleceram um inédito período de crescimento capitalista, atingindo diretamente as economias dependentes, suscitando intensas transformações em seus elementos estruturais mais básicos.

Essas transformações resultaram numa tendência pela modernização da esfera produtiva das economias dependentes, a fim de atender às novas demandas da expansão do capitalismo mundial. De acordo com Bamberger (2015, p. 66), as novas demandas se dão, especialmente, em dois pontos principais, o primeiro deles estaria no “aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados”. E o segundo, na “expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais”.

Desta forma, a readequação no âmago das economias dependentes foram imprescindíveis para atender as exigências impostas pelo novo estágio de expansão do

¹⁸ Os momentos em que a economia mundial precisou se reorganizar, seja em função das duas Grandes Guerras, seja pelas crises econômicas próprias do modo de produção capitalista, provocaram condições apropriadas para reforçar o processo de industrialização na América Latina (Cf Bamberger, 2015).

¹⁹ “Na pecuária argentina e uruguaia, na mineração e em alguns setores agrícolas mexicanos, no setor cafeeiro brasileiro, ou no setor do salitre chileno, a separação entre proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, a oferta livre da força de trabalho, já caracterizavam a existência de um modo de produção tipicamente capitalista, cuja origem data de meados do século XIX”. (BAMBIRRA, 2015, 65).

²⁰ A segunda Revolução Industrial ficou caracterizada pela fabricação em série de “máquinas de fazer máquinas” (BAMBIRRA, 2015).

capitalismo mundial. Nas economias dependentes, essa expansão se efetua, notadamente, “nos setores produtivos da economia orientados para a exportação e que, dado o caráter dependente desta, são justamente os setores fundamentais no conjunto da economia nacional. A dinâmica desses setores tem consequências que se estendem à sociedade em seu conjunto” (BAMBIRRA, 2015, p. 65-6).

A partir daí, serão realizadas intensas “transformações modernizadoras” no aparelho produtivo das economias periféricas, de forma que esse aparelho consiga atender a duas exigências da dilatação do capitalismo mundial. A primeira delas está no “aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países avançados”. A segunda, na “expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais” (BAMBIRRA, 2015, p. 65-6).

As “transformações modernizadoras” que ocorreram no interior dos setores primário-exportadores das economias dependentes são observadas tanto “na organização social da produção”, conforme vão se difundindo as relações capitalistas de produção, como também “no âmbito das forças produtivas, nas mudanças tecnológicas”, na medida em que são incorporados novos equipamentos, novas técnicas de produção e novos sistemas de transporte, resultando num aumento da aptidão produtiva do setor exportador (BAMBIRRA, 2015).

No entanto, as mudanças trazidas com as “transformações modernizadoras” não se limitam aí. Bambilra (2015, p. 70) aponta também para dois desfechos que essas transformações ocasionaram no interior do aparelho produtivo das economias dependentes. Em primeiro lugar, a autora ressalta uma “tendência do setor produtor exportador propriamente dito a aumentar seu dinamismo, elevando sua capacidade de absorção de mão de obra em condições salariais relativamente superiores, ampliando assim o mercado interno”. Em segundo lugar, evidencia a “criação e expansão dos setores complementares ao setor exportador (sejam eles agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, serviços, etc), em função da economia exportadora”.

Assim, o setor exportador e os setores que lhe são complementares, à proporção em que vão estabelecendo um funcionamento próprio – com o intuito de responder às exigências do mercado interno que estão postas – acabam por gerar, assim, novas exigências.

Nas palavras de Bambilra (2015),

(...) os setores complementares à economia exportadora se expandem para satisfazer as necessidades da formação de um mercado interno, mas, ao

mesmo tempo, contribuem para expandir mais ainda este mercado, em função das próprias necessidades geradas nos setores complementares. O processo de criação, expansão e modernização dos setores complementares à economia exportadora é um elemento de fundamental importância no desenvolvimento do mercado interno, na medida em que promove a absorção de mão de obra ao gerar novos setores, através do aparecimento de uma série de atividades agrícolas comerciais e de serviços em geral (público e privado) (BAMBIRRA, 2015, p. 70).

Mas, além das questões que foram brevemente aqui expostas, a constituição dos setores complementares ao setor exportador, e conseqüentemente, o desenvolvimento que esse movimento acarreta, faz com que se geste dentro da sociedade, ainda que gradativamente, um novo processo: o processo da industrialização – que está intrinsecamente vinculado a toda essa nova dinâmica econômica verificada nas economias dependentes. Por isso, não se pode negligenciar o papel fundamental que o desenvolvimento dos setores complementares à principal atividade econômica das economias dependentes tiveram no seu processo de industrialização. Pois, mesmo que esses setores sejam “considerados como complementares no que se refere à atividade econômica exportadora, (...) sua importância não é apenas de caráter complementar, mas tem também uma base econômica real, como condição para o desenvolvimento industrial urbano” (BAMBIRRA, 2015, p. 71).

Assim, o crescimento dos setores complementares ao setor exportador acontece para atender as necessidades do mercado interno, e que, simultaneamente, esse movimento colabora com o desenvolvimento desse mesmo mercado, uma vez que novas necessidades estão sendo sempre suscitadas nos setores complementares. Também merece destaque a relevância fundamental que esses setores exerceram na produção de produtos manufaturados nacionais e, conseqüentemente, no desenvolvimento industrial.

Para Bambirra (2015, p. 72), além da procura ter se dado por “produtos manufaturados de baixo custo”, e ainda, por existir uma “mão de obra barata para a produção em alta escala de produtos de consumo massivo e popular”, dois outros motivos intensificam a participação dos setores complementares na industrialização. O primeiro deles seria “porque esses setores se concentram nos grandes centros urbanos, facilitando a colocação da produção”; e o segundo, “porque sua dinâmica de crescimento é muito intensa e vinculado ao rápido processo de urbanização, tendendo paulatinamente a se tornar independente do setor exportador, principalmente ao se desenvolver o processo industrial” (BAMBIRRA, 2015, p. 73).

Mas não se pode perder de vista que também existe uma demanda por produtos manufaturados dentro do setor exportador, e que essa demanda “tende a ser crescente porque o setor exportador se expande e se especializa, levando à absorção da mão de obra disponível

e levando também ao aumento de sua área produtiva” (BAMBIRRA, p. 71). Entretanto, o aumento da capacidade produtiva do setor exportador restringe as regiões onde a economia de subsistência ainda predominava. De acordo com Bambilra (2015), esse aumento limita as oportunidades de trabalho no campo e, conseqüentemente, de uma produção que esteja ligada à economia de autoconsumo. Para a autora, “Essa é a consequência mais direta da proletarização”, pois,

(...) aqueles que antes foram camponeses, ao se transformarem em proletários, tinham que vender sua força de trabalho para adquirir no mercado tudo aquilo que necessitavam ou que objetivamente poderiam necessitar: alimentos, cigarros, roupas, móveis, etc.; portanto, coloca-se assim a necessidade de produtos industriais (BAMBIRRA, 2015, p. 72).

No entanto, a procura por produtos manufaturados no interior das economias dependentes se dava tanto pela classe burguesa, quanto pela classe trabalhadora assalariada. Porém, à diferença da classe trabalhadora que buscava produtos manufaturados nacionais²¹, e representava, naquele momento, “um ponto de apoio para a industrialização”, a procura que a burguesia nacional direcionava a esses produtos não chegou a representar um incentivo considerável para o processo de industrialização. Pois, essa mesma classe “se satisfaz basicamente através da importação de bens manufaturados dos centros hegemônicos, especialmente da Inglaterra. É uma demanda que funciona, portanto, fundamentalmente como prolongamento do mercado dos países centrais do sistema capitalista mundial” (BAMBIRRA, 2015, p. 71).

O desenvolvimento industrial que se desenrola a partir daí nas economias dependentes, consegue expandir, por si só, seu próprio mercado interno. Para Bambilra (2015), a investigação de todo o percurso da constituição do mercado interno e da consolidação do modo de produção tipicamente capitalista, que se desdobra no desenvolvimento industrial e urbano, aponta como “a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como (...) estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente (BAMBIRRA, 2015, p. 74. Grifos do autor).

²¹ “Essa demanda se direciona aos produtos industriais nacionais, pois é uma demanda por produtos de baixo custo. Neste sentido, as indústrias que se desenvolvem para atendê-las o fazem em melhores condições de concorrência frente às manufaturas estrangeiras, que teriam o custo adicional do frete. Isso se deve ao fácil acesso aos consumidores, resultado da utilização das vias de comunicação da economia exportadora (ferrovias e estradas) e do fato de dispor de uma mão de obra barata para a produção em alta escala de produtos de consumo massivo e popular” (BAMBIRRA, p. 72).

Assim, apesar das “transformações modernizadoras” que ocorreram no setor exportador e nos setores que lhe são complementares tenham se realizado em conformidade com os interesses dos centros econômicos do capitalismo mundial, constata-se, em decorrência disso, uma reorganização no interior das economias dependentes, tendo em vista o correspondente movimento interno que acontece como resultado do próprio desenvolvimento industrial, mas que atua em concordância com “as leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente” (BAMBIRRA, 2015, 74).

É por esta razão que, para Bambilra (2015),

(...) o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*. Mas são todas consequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente (BAMBIRRA, 2015, p. 78).

Em linhas gerais, o que queremos evidenciar aqui é que as transformações que aconteceram no interior da estrutura das economias latino-americanas nas últimas três décadas do século XIX afetaram diretamente o modo como essas economias se (re)organizaram nas décadas iniciais do século XX. Considerando esse cenário, no tópico seguinte, tentaremos demonstrar como o capital se reproduz nas economias dependentes e como essa reprodução reflete nas condições de vida e de saúde do trabalhador latino-americano.

2.3 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ECONOMIAS DEPENDENTES

Demonstramos até aqui que as economias periféricas se interligam com as economias centrais através das transações comerciais e de produção que foram estabelecidas pela conformação do mercado mundial, com uma divisão internacional do trabalho já solidificada. Por isso, acreditamos ser de suma importância entender que os fatos históricos que se encontram na gênese dessas relações mercantis e de produção, são imprescindíveis para um exame consistente dos problemas econômicos e sociais das economias dependentes e periféricas.

Destarte, quando as antigas colônias fornecedoras de produtos tropicais e metais preciosos – que garantiram aos países europeus os meios de pagamentos necessários para sustentarem os fluxos cada vez maiores de mercadorias –, tornaram-se nações independentes e se inseriram ao mercado mundial, sua função, que já havia sido demarcada, garantia uma transferência de excedente ao centro do capitalismo mundial. Vejamos como isso se dava.

Em primeiro lugar, o fato de a América Latina produzir e oferecer abundantemente insumos agrícolas aos centros capitalistas europeus viabilizou a aquisição dos bens de consumo necessários à manutenção da classe trabalhadora europeia a preços irrisórios. De acordo com Marini (2011, p. 136), “A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional”. Já que “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial”. Assim, no que tange a industrialização do continente europeu “o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível”.

Mas não se restringe aí o papel que a América Latina desempenha no desenvolvimento do capitalismo mundial. Segundo Marini (2011),

(...) à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade²², que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias-primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção (MARINI, 2011, p. 137).

Dessa forma, as nações latino-americanas contribuíram para outro processo dinâmico que tem lugar no núcleo do capitalismo avançado: o da transição e deslocamento do eixo da acumulação de capital do âmbito da produção da mais-valia absoluta para o da mais-valia

²² “A determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente ao seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para que o contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho” (MARINI, 2011, p. 139-140).

relativa. Garantindo parte da oferta dos elementos do capital variável e do capital constante às economias centrais, a especialização das economias primário-exportadoras ajudou a baratear os custos de reposição do capital circulante, nele incluídos os custos de reprodução do valor da força de trabalho. Assim, atender a essas demandas significou a transição da exploração baseada na mais-valia absoluta para a mais-valia-relativa, uma vez que “a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente (...) à desvalorização dos bens-salário” (MARINI, 2011, p. 140).

Para Marini (2011), isso aconteceu porque

O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 2011, p. 140).

Dessa forma, a acumulação de capital nos centros do capitalismo mundial passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador (MARINI, 2011). Afinal, eleva-se o tempo de trabalho excedente – aquela parte da jornada de trabalho durante a qual o operário produz a mais-valia – a partir da diminuição do tempo de trabalho necessário. Assim, a expansão das economias latino-americanas acarretou, além de uma abundância na oferta mundial de alimentos e outros bens primários, no rebaixamento do valor da força de trabalho – assegurado pela conseqüente queda dos preços internacionais dos bens primários –, o que resulta na quase irremediável desigualdade das balanças comerciais que perdura até os dias hoje.

Somado a isso, ao se manterem estáveis os preços dos produtos industriais, a depreciação dos bens primários refletiu também na deterioração dos termos de troca nas transações comerciais. Essa deterioração se tornou a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e as nações periféricas.

Marini (2011) explica que isso ocorre porque,

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir entre os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que

atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis da troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas; (...) o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual (MARINI, 2011, p. 144-145).

Para Marini (2011), na primeira situação, ainda que aconteça uma transferência de valor e exista uma possibilidade de se obter um lucro extraordinário²³ – tendo em vista que o país favorecido apresenta preços inferiores a dos seus concorrentes sem baixar seus preços no mercado, considerando que suas condições tecnológicas permitiram fazê-lo –, mesmo assim, essa transação corresponde às leis específicas do intercâmbio de mercadorias. Em contrapartida, no segundo caso, há uma violação dessas leis, já que o país favorecido pode se beneficiar da sua superioridade tecnológica e/ou do seu poder de monopólio para compelir um intercâmbio desigual ao país desfavorecido.

Dada a divisão internacional do trabalho e a impossibilidade dos países subdesenvolvidos de concorrerem pela produção de bens similares aos dos países industrializados, seja devido ao desnível da aplicação do progresso técnico às forças produtivas e a maior produtividade do trabalho, seja pelo fato dos países industrializados deterem o monopólio sobre determinada produção, os capitalistas destes últimos poderiam manter indefinidamente seus preços de monopólio, ainda que o aumento substancial de produtividade, historicamente observado nesses países, permitisse o inverso. Em contrapartida, os países da periferia cediam, para os países do centro, uma considerável parte do valor que produziam.

Nesse quadro, diferentes mecanismos permitiram uma crescente transferência de valor²⁴, expressa na forma como se fixava os preços de mercado e os custos de produção das mercadorias. Ao elaborar a categoria da transferência de valor, Marini (2011) consegue demonstrar que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscaram tanto corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim, “compensar” as

²³ O lucro extraordinário é obtido quando, “na concorrência intersetorial, o aumento da produtividade em determinado setor propicia, do ponto de vista de cada capitalista particular, a criação de mais produtos no mesmo intervalo de tempo. Essa circunstância permite ao capitalista reduzir o valor individual de suas mercadorias a um nível inferior ao valor de mercado e, portanto, apropriar-se de uma mais-valia extraordinária” (AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D., 2012, p. 91)

²⁴ A categoria de transferência de valor corresponde ao elemento com que as economias dependentes necessitam arcar sistematicamente em direção às economias capitalistas avançadas, em virtude da natureza da sua integração no mercado mundial capitalista e da troca desigual a que dá origem. Esse aspecto da tese de Marini, por si só, mereceria um estudo específico, que ultrapassa o objetivo aqui pretendido. O ponto a destacar é que, segundo o autor, diante dessas transferências de valor, os capitalistas que operam nas economias dependentes buscam um “mecanismo de compensação”, na forma de um incremento da massa de valor intercambiado por elas, o que, “[...] sem impedir a transferência [...], permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (MARINI, 1973, p. 35).

perdas no comércio internacional por meio do que ele denominou ser uma superexploração da força de trabalho.

Para sustentar essa transferência de valor, as economias dependentes eram “obrigadas” a compensar, no momento da produção, essa transferência que ocorria ao nível do mercado. E tal compensação exigia que os capitalistas da periferia apelassem para uma superexploração da força de trabalho, argumento originalmente formulado por Marini (2011) e elemento fulcral de sua tese sobre a dependência. Essa superexploração significa que a perda de mais-valia que ocorria nas transações comerciais no mercado internacional, ou na esfera da circulação, era, essencialmente, compensada através de uma remuneração abaixo da força de trabalho abaixo do seu valor.

Enquanto nos países centrais a acumulação de capital baseia-se na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina, a acumulação acontece através da superexploração da força de trabalho. Para Marini (2011), é nesse aspecto que reside o caráter contraditório e dialético da dependência, afinal, a periferia latino-americana ajudava a garantir uma mudança qualitativa na vida dos trabalhadores europeus à custa de uma superexploração dos seus próprios trabalhadores. Além disso, para Marini (2011), tal dependência trazia em si um aspecto dinâmico, pois quanto mais se intensificaram as relações de produção e troca entre uma nação subordinada e outra dominante, ou, por mais que a nação subordinada tentasse, por meio da produção e da troca, abandonar essa condição, mais se aprofundava sua subordinação, haja vista as necessidades crescentes de ampliação da parcela de mais-valia a ser transferida para os países industrializados e os níveis de endividamento que esse processo encerrava.

Assim, ao concentrar suas análises no capitalismo latino-americano, Marini (2011) observou que a superexploração da força de trabalho constitui o padrão de reprodução do capital nos países da região. A elaboração da categoria da superexploração lança luz sobre o modo como a produção e a circulação de capitais se configuram nas formações sociais latino-americanas, em contraposição às formas de funcionamento do modo de produção capitalista nas economias centrais. Marini (2011) entende que, enquanto a exploração é um mecanismo de criação de valor na sociedade capitalista baseada no trabalho assalariado, a superexploração da força de trabalho, “é o mecanismo utilizado pelos capitalistas privados para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais” (TRASPADINI, 2011, p. 33).

Dessa forma, através da categoria da superexploração da força de trabalho, tentaremos demonstrar, no tópico seguinte, como a inserção dependente e subordinada da América Latina na dinâmica de acumulação capitalista mundial resulta numa reprodução particular do capital

no continente, e como essa reprodução particular interfere nas condições de vida do trabalhador latino-americano.

2.3.1 A superexploração da força de trabalho

Ao investigar a exploração capitalista, Marx (2013) parte de um argumento central: que nas relações mercantis, as mercadorias são compradas e vendidas pelo seu valor. Para Marx (2013), o mesmo ocorre com a mercadoria força de trabalho: quando comprada pelo capitalista, o trabalhador que vende a sua força de trabalho deve receber por ela o valor que lhe corresponde. Osorio (1975) acredita que uma das principais razões que conduziram Marx (2013) a perseguir sua investigação apoiado nessa argumentação é a necessidade de assegurar que mesmo quando a lei do valor é respeitada, a exploração capitalista não deixa de acontecer.

Para Marx (2013), o processo de exploração pode se dar tanto pelo prolongamento da jornada de trabalho, quanto pela intensificação do ritmo do trabalho. Essas duas formas assumem o centro da análise em que a exploração capitalista pode assumir. A superexploração da força de trabalho, por sua vez, é entendida como uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho. Assim, a superexploração, para além do uso excessivo dos mecanismos de exploração sustentados por Marx (2013), se caracteriza, ainda, no pagamento de um salário que não corresponde ao necessário para a reprodução adequada da vida do trabalhador²⁵.

Para Osorio (1975), o conceito da categoria da superexploração vem justamente

(...) a llenar este vacío teórico en el análisis de la explotación capitalista, (...). *La superexplotación da cuenta de las formas que asume la violación del conjunto recondiciones necesarias para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo, en los procesos de producción y circulación.* Da cuenta entonces de las formas de violación del valor de la fuerza de trabajo. Cuando la explotación capitalista adquiere características que implican el no respeto del valor de cambio de la fuerza de trabajo, estamos hablando de una *explotación capitalista que asume un carácter superexplotador* (OSORIO, 1975, p. 7. Grifos do autor).

²⁵ A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor. (Luce, 2018, p.155).

Osorio (1975, p. 7) destaca ainda que a superexploração não corresponde a taxas superiores de exploração, isto é, não se alcança um grau específico de exploração para se configurar, então, uma superexploração. Em vez disso, a superexploração acontece quando, na exploração, há uma violação no valor da força de trabalho.

Para o autor, a superexploração é, então,

(...) uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo o caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou o seu valor total (OSORIO, 2013, p. 49).

Algumas considerações presentes na investigação de Marx (2013) sobre o valor da força de trabalho se fazem necessárias antes de continuarmos com o exame da superexploração, diante da significativa importância que ela possui nas questões que aqui nos interessam.

Em sua análise sobre o valor da força de trabalho, Marx (2013) considera o seu *valor diário*²⁶ e o seu *valor total*²⁷. O valor total da força de trabalho estima o tempo total de vida útil do trabalhador, ou o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vendê-la no mercado em condições normais²⁸. Para Marx (2013), é o valor total da força de trabalho que determina o seu valor diário.

Marx (2013) exemplifica isso quando demonstra que,

Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de

²⁶ “O valor diário da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência e reprodução de seu possuidor. Encontram-se aqui as necessidades referentes a alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde etc”. Assim, “o valor diário da força de trabalho deve ser calculado, então, considerando determinado tempo médio da vida dos trabalhadores, de acordo com as condições dominantes na época” (OSORIO, 2012a, p. 50-2).

²⁷ O valor total da força de trabalho “considera o tempo total de vida útil do trabalhador ou o total de dias em que o possuidor da força de trabalho vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, além dos anos de vida em que já não participará da produção (anos de aposentadoria)” (OSORIO, 2012a, p. 50).

²⁸ “Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado.” (MARX, 1996, p. 288-9).

trabalho, que me pagas diariamente, é de $1/365 \times 30$, ou $1/10.950$ de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/950$ em vez de $1/365$ de seu valor total; portanto, apenas $1/3$ de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei de troca de mercadorias (MARX, 2013, p. 308).

Dessa forma, “o valor da força de trabalho é calculado com base em sua duração média, ou na duração normal da vida de um trabalhador”. Portanto, se hoje um indivíduo consegue trabalhar por trinta anos sob condições normais e ter mais vinte anos de aposentadoria, o pagamento diário da força de trabalho deve permitir a ele reproduzir-se de tal forma que possa apresentar-se ao mercado de trabalho durante trinta anos e viver os vinte anos restantes aposentado em condições normais de existência, e não menos (MARX, 2013, p. 594).

Como afirma Marx (2013),

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. *Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária.* Mas o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal (MARX, 2013, p. 247, grifos nossos).

Portanto, se o trabalhador recebe um salário que não contempla o necessário para sua reprodução normal, e/ou se ele tem uma jornada de trabalho que resulte num sobredegaste físico ou mental – seja pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pela intensificação do ritmo de trabalho – e reduza o tempo de vida útil e de vida total, são constituídos casos em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida. Estamos, assim, diante de processos de superexploração, pois não há equivalência entre a remuneração recebida pelo trabalhador e o valor que corresponde ao dispêndio da sua força de trabalho.

Marx (2013) apresenta isso quando aponta que,

Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste aumenta em progressão geométrica, ao mesmo tempo que se destroem todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis (MARX, 2013, p. 594).

Ao se prolongar a jornada de trabalho ou ao se intensificar o ritmo de trabalho, o desgaste da força de trabalho aumenta, o que faz elevar o seu valor. O pagamento das horas extras pode até ser uma forma de que esse aumento se expresse, por sua vez, em salário. Mas pode acontecer que nem mesmo o aumento do salário seja suficiente para compensar tal desgaste. Pois, “embora seja possível ter acesso à quantidade necessária (...) de bens que satisfaçam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode dispor das horas e dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas”. Se isso acontece, “o salário extra só recompensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria” (OSORIO, 2012a, p. 51). Isso resulta em que o maior desgaste pode reduzir o tempo de vida útil do trabalhador, desrespeitando o valor total da força de trabalho.

De acordo com Osorio (1975), as formas de superexploração²⁹ que a exploração capitalista pode assumir são, essencialmente, três:

- a) O prolongamento da jornada de trabalho;
- b) O aumento da intensidade de trabalho;
- c) A remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

Sobre o *prolongamento da jornada de trabalho*, Osorio (2012a) constata que existem limites máximos que assinalam a duração possível de uma jornada de trabalho. Eles são impostos pelo fato de que o trabalhador necessita, a cada dia, de determinado número de horas para repor o desgaste de suas energias físicas e mentais. A isso se agregam os “limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho.” Pois, “o trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época” (MARX, 2013, p. 306). Seu limite mínimo no capitalismo é o tempo de trabalho necessário – no qual o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho – mais alguma quantidade extra de tempo em que seja gerada mais-valia. Entre esses dois extremos se move a duração da jornada de trabalho.

Assim, ao requerer maior quantidade de bens necessários para repor o desgaste das horas extras, o prolongamento da jornada tem como consequência uma elevação do valor da força de trabalho. Porém, ultrapassado certo ponto, a partir do qual o desgaste físico e mental não pode ser repostado, o aumento de horas de trabalho diárias não consegue ser compensado pelo aumento do salário. Nesses casos, o capital está se apropriando hoje de anos futuros de trabalho, o que

²⁹ Foi Marini (1973) quem primeiro elucidou a categoria da superexploração da força de trabalho em seu texto *A Dialética da Dependência*. Aqui, utilizamos Jaime Osorio (1975) por acreditar que o autor consegue detalhar com mais profundidade a categoria.

não só viola o valor da força de trabalho, mas implica numa redução da vida útil do trabalhador e de sua expectativa de vida de acordo com as condições normais dominantes (OSORIO, 2012a).

Já no *aumento da intensidade de trabalho*, Osorio (2012a) esclarece que se ele for observada sob a ótica da produção final, tanto a elevação da produtividade quanto o aumento da intensidade proporcionam o incremento da produção. No entanto, existem distinções fundamentais entre ambas. Aqui, o importante é destacar que, normalmente, a incorporação dos avanços tecnológicos no processo produtivo possibilita um aumento na intensidade do trabalho, à medida que, sobre essas bases, o capital busca transformar todos os “tempos mortos” na produção em tempos de valorização, e faz isso acelerando os ritmos de produção, exigindo do trabalhador um dispêndio de energia extra, atribuindo tarefas cada vez maiores para um mesmo trabalhador etc.

Nas palavras de Marx (2013),

(...) a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último (MARX, 2013, p. 484).

Assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade de trabalho supõe maior quantidade de trabalho despendido, de maneira a ser acompanhado de incrementos da remuneração para compensar o maior desgaste físico e mental. Mas é preciso ressaltar que, quando as remunerações não acompanham o aumento da intensidade da jornada de trabalho, tornando-se insuficientes para compensar tal desgaste, há também, nesse momento, a superexploração da força de trabalho. Portanto, a intensidade pode ser também um dos mecanismos empregados pelo capital para elevar a taxa de exploração em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu valor diário, seja em seu valor total (OSORIO, 2012a).

Portanto, encontramos na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor a exploração quando ela se manifesta de maneira superexplorada. Pois, como vimos, as duas formas anteriores de superexploração tendem a ser reduzidas na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Mas, quando diretamente o salário – no próprio processo de compra e venda do força de trabalho, ou seja, no mercado – é a expressão de um valor menor que o valor do força de trabalho, estamos enfrentando a forma mais grotesca de superexploração.

Como Marx (2013) evidencia,

(...) Nas seções dedicadas à produção de mais-valor, partimos sempre do pressuposto de que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. Mas a redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha um papel importante demais no movimento prático para que não nos dediquemos a ela por um momento. De fato, ela transforma, dentro de certos limites, *o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital* (MARX, 2013, p. 675).

No Brasil, em janeiro de 2022, o salário-mínimo necessário³⁰ para a reprodução do trabalhador em condições normais é de R\$ 5.997,14, o que equivale a cerca de quatro vezes o salário-mínimo oficial para o ano, no valor de R\$ 1.212,00 (DIEESE, 2022). Aqui, é negada ao trabalhador diretamente a possibilidade de recuperar o desgaste de sua força de trabalho, afetando suas potencialidades físicas e mentais diariamente, o que também se traduz em redução de sua vida útil (OSORIO, 2012a). Pois,

(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar a sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (...) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011, p. 150-1).

Remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor constitui o denominador comum a todas as formas de superexploração. Nas duas formas anteriores, ela acontece através da violação do valor total da força de trabalho e, por consequência, no seu valor diário. Nesta última forma, a violação do valor da força de trabalho acontece diretamente sobre o seu valor diário, no processo de sua compra e venda, e a partir daí, seu valor total é afetado. Ao remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, o capitalista consegue aumentar sua mais-valia,

³⁰ “Calculado a partir de 1970 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em séries históricas retroativas a 1940, o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para suprir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Isto é, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais, chegando assim a ‘uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender à determinação constitucional’ (LUCE, 2018, p. 180).

convertendo parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital (OSORIO, 1975).

Em suma, o que queremos evidenciar aqui é que para a análise do padrão de reprodução do capital nas economias dependentes é necessário considerar a possibilidade de a força de trabalho não conseguir uma remuneração correspondente ao seu valor. Se a exploração é entendida de modo que a remuneração que o trabalhador recebe é capaz de assegurar a reprodução normal da força de trabalho, a noção de superexploração se aplica justamente a situações em que o valor da força de trabalho situa-se, em média, abaixo do seu valor, resultando, como o próprio Marx (2013) já havia advertido, numa reprodução atrofiada da força de trabalho. Vale ressaltar que tais condições possibilitam o roubo sistemático das condições de vida do trabalhador ou oferecem perigo de vida ou são nocivas à sua saúde, como veremos no capítulo seguinte.

3 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO PEDRA DE

TOQUE DA SAÚDE NAS ECONOMIAS DEPENDENTES

Partimos da premissa de que a saúde possui estreita relação com a maneira a qual a sociedade se organiza. Assim, por considerarmos o desenvolvimento do capitalismo de maneira dialética, entendemos que sua reprodução pode assumir diferentes formas em diferentes momentos históricos, adequando-se às mudanças que são produzidas no interior do próprio sistema. Esse entendimento implica em perceber suas particularidades – aqui, especialmente, a relação entre trabalho e saúde – também de maneira dialética. No capitalismo dependente, pensar nessa relação reclama pensar a partir da superexploração da força de trabalho.

Em linhas gerais, a superexploração se manifesta, essencialmente, na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, podendo ela ser efetivada pelo uso excessivo dos mecanismos de exploração sustentados por Marx (intensificação do ritmo de trabalho e prolongamento da jornada de trabalho), mais ainda, na apropriação direta do fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação de capital. A partir dessa observação, procuramos demonstrar, com aporte crítico do pensamento social latino-americano e da Medicina Social Latino-americana, como essa forma particular de reprodução do capital, decorrente da superexploração, desdobra-se em mediações decisivas para a saúde dos trabalhadores que a essas determinações estão submetidos.

3.1 A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E OS IMPACTOS PARA OS TRABALHADORES

A instauração e o subsequente alargamento da capacidade produtiva do modo de produção capitalista devem ser entendidos como processos social e historicamente determinados. É certo que o capitalismo trouxe avanços inestimáveis para o progresso da civilização, e estes foram reconhecidos por Marx e Engels (2008, p. 15) quando afirmaram que "com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros". No entanto, a aparição da maquinaria, assim como o desenvolvimento da grande indústria, trouxeram em seu bojo uma contradição que é fundamental para a reprodução das relações de produção capitalistas: o conflito entre capital e

trabalho, que cada vez mais acentua a ausência de socialização das riquezas produzidas de um lado, e a apropriação privada da produção, de outro.

Destarte, as condições históricas da existência do modo de produção capitalista só puderam florescer quando o dono dos meios de produção encontra no mercado o trabalhador livre, portador, unicamente, da sua capacidade de trabalho. Assim, a produção mercantil capitalista se particulariza porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e dos meios de produção; e o trabalhador assalariado, que se torna o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho através do seu valor de troca e, por meio de tal processo, obtém o direito de usufruir por um determinado período de tempo (jornada de trabalho) do seu valor de uso, que corresponde ao trabalho que cria valor. Como possui o direito de utilizá-la, visto que a comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que desse emprego resulte também um valor superior ao valor que investiu ao comprá-la. É justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (valor de uso), e este último é maior que o primeiro. É desse valor excedente (mais-valia) que o capitalista se apropria.

Ao se apropriar desse valor excedente, ou melhor: ao extrair do trabalhador a mais-valia, o capitalista não deixa de pagar o valor da força de trabalho. É que a força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz um valor superior àquele necessário à sua produção e reprodução, valor esse que é expresso no salário³¹. Assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho um excedente, que é a mais-valia, fonte de seu lucro. Dessa forma, temos que a relação entre capital e trabalho, personalizada na relação capitalista e trabalhador, consiste, pois, na expropriação do excedente produzido pelo trabalhador: e é nessa relação de exploração que se funda o modo de produção capitalista.

No que tange o trabalhador assalariado, o excedente lhe é retirado sem o recurso à violência extraeconômica, pois o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. A experiência cotidiana dos trabalhadores assalariados não lhes dá a oportunidade de perceber a distinção entre o trabalho necessário, onde o trabalhador

³¹ O trabalho assalariado é a forma específica do regime a que vivem submetidos os trabalhadores no modo de produção capitalista. Isso significa que ele é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é próprio do modo de produção capitalista: por mais que sejam significativas as conquistas salariais dos trabalhadores (e elas são importantes em si mesmas, entre outras razões porque podem melhorar as suas condições de vida), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho.

produz o valor correspondente àquele que cobre a sua reprodução e que equivale ao salário que recebe, e o trabalho excedente, no qual o trabalhador produz o valor excedente (a mais-valia), que lhe é extraído pelo capitalista. E aquilo que importa para o capitalista é o tempo de trabalho excedente, pois, se é nesse tempo de trabalho que se produz o valor no qual ela irá se apropriar, interessa-lhe, então, a ampliação dessa parte da jornada.

Uma das formas encontradas pelo capitalista de ampliar a parte da jornada que mais lhe interessa consiste no prolongamento da jornada de trabalho sem que haja uma mudança no salário. Conserva-se, assim, a mesma duração do tempo de trabalho necessário e se acresce o tempo de trabalho excedente, de modo que incremente a produção do excedente apropriado pelo capitalista. Esse modo de aumentar a produção do excedente Marx (2013) designou como *mais-valia absoluta*.

Outra forma de utilizar a mais-valia absoluta consiste na intensificação da jornada de trabalho. Dada uma determinada quantidade de horas de trabalho por dia, a intensificação consiste em elevar o ritmo de trabalho de maneira que se produza um volume maior de mercadorias, no mesmo período de tempo. Assim, através de uma série de controles impostos aos trabalhadores, o capitalista os obriga a trabalhar num ritmo tal que, sem alterar a duração da jornada, produzam mais mercadorias e mais valor que sem esses controles. De fato, “se o empregador puder levar seus operários a fazer, sem pagamento extra, numa hora o mesmo que antes fazia em duas [...], terá as mesmas vantagens que se tivesse duplicado o dia de trabalho” (EATON, 1965, p. 101).

No entanto, a extensão da jornada encontra dois limites que travam os interesses capitalistas. O primeiro deles é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem sua reprodução ameaçada. O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, ao longo de toda a história do capitalismo, permitiram que se lograsse a redução legal da jornada de trabalho. Todavia, essa forma de intensificação da exploração acaba por criar condições para outra forma de incrementar o excedente, a *mais-valia relativa*. Supondo-se que não se pode mais aumentar e intensificar a jornada de trabalho para além dos limites estabelecidos, a alternativa encontrada pelos capitalistas para ampliar a mais-valia produzida será diminuir a parte da jornada de trabalho que é paga ao trabalhador sob a forma de salário, aumentando, conseqüentemente, a parte do trabalho excedente.

É importante destacar que, na mais-valia relativa, o trabalhador não passa a receber um salário menor, isto é, ele continuará a receber uma remuneração que seguirá lhe permitindo

comprar a mesma quantidade de valores de uso de antes. Contudo, isso só se torna possível se o valor da cesta de consumo dos trabalhadores sofrer uma redução. Para isso é indispensável um aumento da produtividade do trabalho nos setores que produzem os bens de consumo dos trabalhadores ou os insumos e os meios de produção necessários. Como assinala Marx (2013, p. 390), “Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem aos círculos dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los”. É dessa maneira que fica mais fácil entender o porquê de o capitalismo revolucionar constantemente suas formas industriais e tecnológicas, pois este sempre visa aumentar o excedente do trabalho³².

Assim, as ações necessárias à produção de mais-valia relativa não dependem de somente um empresário capitalista, qualquer que ele seja. Dependem, na verdade, do conjunto dos empresários responsáveis pelo setor que produz direta ou indiretamente bens de consumo dos trabalhadores. Essa é uma das diferenças entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta. Essa última é o resultado da ação de um empresário na sua própria empresa; a outra, depende do que ocorre em um conjunto grande de outras empresas.

Em suma, a definição por Marx (2013) é a seguinte:

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 390).

Assim, se a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho, a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Desta maneira, na produção de mais-valia relativa o mais importante não é o prolongamento da jornada de trabalho em si, mas sim o aumento da produtividade, com igual ou menor tempo necessário à produção da mesma quantidade de mercadorias, de modo a aumentar a parcela do trabalho não pago, dado que o trabalhador produziu mais no mesmo ou num menor tempo, já que

³² Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção (MARX, 2013, p. 390).

(...) A produção de mais-valor, ou a criação do excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada de riqueza como capital (MARX, 2013, p. 695).

Outro aspecto indispensável na análise de Marx (2013) sobre o modo de produção capitalista e seu processo de acumulação da riqueza socialmente produzida, como resultado direto da crescente concentração e centralização de capital, toca no que Marx (2013, p. 732) designou como a *lei geral de acumulação capitalista*. Aqui de extrema importância, visto que “o nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas”.

Assim, de acordo com Marx (2013), a concentração de capital se dá na medida em que cada capital individual é, em maior ou menor grau, uma concentração de meios de produção, sob o comando de um único proprietário ou de um grupo de proprietários. A capitalização da mais-valia serve de base para ampliar as dimensões da produção, incrementar a produtividade e aumentar o lucro dos capitalistas. No entanto, dois pontos sobre a concentração de capitais devem ser ressaltados: em primeiro lugar, a concentração crescente de capitais individuais é limitada pelo crescimento da riqueza social total; em segundo lugar, a parte do capital social localizada em cada esfera em particular da produção divide-se entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias autônomos e mutuamente concorrentes (MARX, 2013).

Já a centralização do capital consiste no crescimento do volume do capital através da união de vários capitais num só, ou pela absorção de um por outro. Por este processo, os capitalistas redistribuem entre si os capitais já acumulados, particularidade que reflete nas relações que se estabelecem entre os próprios capitalistas. Com a centralização, alguns proprietários de meios de produção arruinam-se ou são absorvidos por outros. A centralização é também um fenômeno que estende e amplia a capacidade de intervenção do capital no espaço social. Podemos entender, portanto, a centralização como um processo que acontece a partir da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas, que produzem em maior escala, em relação às menores. Destaca-se, neste caso, que, ao contrário da concentração de capital, para centralização não existem limites (MARX, 2013).

Ainda mais evidente fica a necessidade dos capitalistas em reproduzir de forma ampliada o seu capital, aumentando e incrementando a extração de mais-valia e a exploração da força de trabalho, quando se considera a concorrência e a competição que os capitalistas travam entre si. Pois, aqueles capitalistas que mais acumulam encontram-se mais bem posicionados para enfrentar a concorrência, por isso o processo de acumulação ao mesmo tempo em que estimula é também estimulado por inovações tecnológicas, pois além de permitir aos capitalistas a redução dos seus gastos, permitem ainda o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas. Não é por acaso, portanto, que a dinâmica de acumulação, acompanhando esse desenvolvimento e expressando-o, esteja intimamente relacionada à elevação da composição orgânica do capital³³ (MARX, 2013).

Essa extração da produtividade vai ser expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto com o mesmo tempo de trabalho. Com a crescente introdução de máquinas e tecnologias sob o domínio das relações capitalistas, o trabalho se torna mais produtivo e, conseqüentemente, extrai-se mais-valia sobre o trabalho. Esta mudança se expressa na composição do valor do capital, aumentando o capital constante (meios de produção) na razão inversa do capital variável (força de trabalho). Este aumento da produtividade é a alavanca mais poderosa da acumulação capitalista. Pois, como afirma Marx (2013, p. 699) “O aumento desta última aparece, portanto, na diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos”.

Esse decréscimo dos fatores subjetivos em detrimento dos fatores objetivos amplia a acumulação de capital, pois tende a aumentar a parte do capital constante à custa do capital variável. Este momento é caracterizado por um duplo movimento, pois “se acumulação se apresenta, por um lado como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão recíproca de muitos capitalistas individuais” (MARX, 2013, p. 701). Ou seja, a acumulação também gera uma centralização que inibe a concorrência entre os capitalistas, impedindo a competição em níveis iguais de oportunidade, culminando na falência ou absorção dos pequenos pelos grandes capitais.

Paradoxalmente, ressalta Marx (2013), a centralização aumenta a competitividade entre os grandes capitais que passam a disputar o controle da produção e do desenvolvimento

³³ De acordo com Marx (2013), a composição do capital deve ser entendida em duplo sentido, um sob a perspectiva do valor, outro sob a perspectiva da matéria. A perspectiva do valor se constituirá na divisão do capital em capital constante, ou valor dos meios de produção; e capital variável, ou valor da força de trabalho. Sob a perspectiva da matéria, o capital se reparte em meios de produção e força de trabalho.

tecnológico, afetando a relação com o trabalho, pois neste processo a luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Sendo assim, para Marx (2013), a centralização é ainda mais nociva que a concentração, pois marca a distribuição dos capitais já existentes e altera apenas o quantitativo dos componentes do capital social. É na raiz da centralização que se encontram a fusão e a aquisição de vários capitais por um mesmo, formando os monopólios.

Mais um aspecto que merece destaque no processo de acumulação capitalista é que ela sempre irá necessitar da geração de uma força de trabalho desnecessária, excedente relativamente, para além das suas necessidades de expansão. Este movimento de expulsão ou de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho depende da dinâmica do processo de acumulação capitalista. Em alguns momentos, a força de trabalho ocupada será mais demandada em face da expansão de alguns ramos da produção, ora esta força de trabalho será reduzida pelo emprego de mais tecnologia nos meios de produção. Formar uma força de trabalho excedente e disponível para ser absorvida no mercado de trabalho é imanente ao processo de produção tipicamente capitalista.

Desta forma, à produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural. O exército industrial de reserva é produto necessário da acumulação de capital e torna-se, portanto, a alavanca da acumulação e até mesmo a condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

Marx (2013) afirma que

(...) é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala da produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas. O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 2013, p. 708).

Assim, a importância de se criar um exército industrial de reserva é fundamental para o equilíbrio do sistema. Ele serve para ser absorvido pela produção quando necessário, mas

sobretudo, para manter o nível dos salários³⁴ relativamente no limite, e assim, não afetar o processo de acumulação de capital. Contudo, a existência do exército industrial de reserva cumpre mais que essa “importantíssima” função, pois ela oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento, recrutando para um ramo de produção que experimenta uma conjuntura favorável e até mesmo deslocado geograficamente, em processos migratórios.

No entanto, a acumulação capitalista faz com que os trabalhadores experimentem processos de pauperização, que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. O aumento do pauperismo está na razão direta da expansão da acumulação da riqueza. A pauperização atinge os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, haja vista que a relação salarial é sempre estabelecida como necessária para suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Por isso, paralelo ao relativo e absoluto empobrecimento dos excluídos do mercado de trabalho, assiste-se a um processo de precarização das condições de vida da população trabalhadora. O aumento da produtividade de trabalho produz uma maior pressão em torno dos trabalhadores, tornando ainda mais precárias as suas condições de existência. Vejamos, rapidamente, como isso se deu.

3.1.1 A introdução da maquinaria no processo produtivo e as consequências na saúde e na reprodução da vida dos trabalhadores

NºO capital, Marx (2013) demonstra como a incorporação da maquinaria altera o próprio processo produtivo, bem como as condições de vida e reprodução da classe

³⁴ Na lei geral da acumulação capitalista, Marx (2013) explica que se a composição do capital (perspectiva do valor + perspectiva da matéria) se mantém inalterada, isto é, se para colocar em movimento uma certa quantidade de massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma quantidade de força de trabalho, então a demanda pelo trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescem proporcionalmente ao crescimento do capital. No entanto, se esse processo se repete continuamente, de forma que a intensidade do crescimento da acumulação do capital exceda o crescimento da classe trabalhadora, então, a procura por força de trabalho será maior do que a oferta e, assim, haverá uma pressão para aumentar os salários. Os salários aumentam, mas somente até certo ponto, pois a partir do momento em que alcançar patamares muito altos, relativamente ao excedente, a diminuição deste leva à queda da acumulação. Por consequência, uma menor acumulação faz com que diminua a procura por trabalho pelos capitalistas (o que faz aumentar o exército industrial de reserva), e assim, desaparece a pressão pelo aumento dos salários. A diminuição dos salários possibilita um novo aumento do excedente e o processo se repete de forma circular. Assim, os salários podem aumentar, mas mantendo a hipótese de que a composição do capital permanece constante, até o ponto no qual não atrapalhe a acumulação de capital, pois “Ou o preço do trabalho continua a subir porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação (...). Ou então, e este é o outro termo da alternativa, a acumulação capitalista se afrouxa graças ao preço crescente do trabalho, que embota o acicate do lucro” (MARX, 2013, p. 696).

trabalhadora. Ao tratar do curso da indústria inglesa sem os limites legais à exploração, Marx (2013) verifica os abusos desmedidos aos quais os trabalhadores foram submetidos, tanto em processos em que se prolongavam a jornada de trabalho, quanto em processos extenuantes de intensificação do ritmo de trabalho.

O primeiro ponto que Marx (2013) destaca das consequências dessa mudança sobre o processo de trabalho é a incorporação de forças de trabalho “secundárias” pelo capital, como o trabalho feminino e o trabalho infantil, pois

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (...) O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família (MARX, 2013, p. 468).

Como resultado da incorporação do trabalho feminino e infantil no processo produtivo do modo de produção capitalista, há um aumento no número de trabalhadores assalariados, subjugando ao domínio do capital, sem nenhuma diferenciação, todos os integrantes da família. Além disso, ocorre uma desvalorização do valor da força de trabalho, visto que, ao absorver todos os integrantes da família, “a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira”, passando a ser agora todo o grupo familiar que precisa oferecer ao capital a sua força de trabalho (MARX, 2013).

Nas palavras de Marx (2013),

(...) a maquinaria revoluciona radicalmente a mediação formal da relação capitalista, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base na troca de mercadorias, o primeiro pressuposto era de que o capitalista e trabalhador se confrontassem como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um deles possuidor de dinheiro e de meios de produção e o outro possuidor de força de trabalho. Agora, porém, o capital compra menores de idade, ou pessoas desprovidas de maioridade plena. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos (MARX, 2013, p. 469).

Outro aspecto que Marx (2013) chama a atenção ao tratar da incorporação da força de trabalho feminina no processo produtivo é o expressivo aumento na taxa de mortalidade dos

seus filhos em seus primeiros anos de vida³⁵ – em contrapartida aos distritos agrícolas, onde a ocupação feminina é mínima e a taxa de mortalidade das crianças é a menor de todas.

De acordo com Marx (2013),

(...) as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças, aí incluindo, entre outras coisas, uma alimentação inadequada ou a falta dela, a administração de opiatos etc., além do inatural* (sic) estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais (MARX, 2013, p. 471).

Tão logo a introdução da maquinaria no processo produtivo, a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja intensificando o ritmo de trabalho no mesmo período de tempo. É importante destacar que o desenvolvimento industrial e a consequente introdução da maquinaria no processo produtivo poderiam, por si mesmos, diminuir a intensificação do ritmo e a própria jornada de trabalho e reduzir, assim, o desgaste físico e psíquico do trabalhador. No entanto, o que acontece é exatamente o processo inverso, dado que a dinâmica da acumulação capitalista necessita de uma produtividade sempre crescente para aumentar potencialmente seus lucros. Dessa forma, o trabalhador é constantemente colocado em exaustivas jornadas de trabalho, que, comumente, ultrapassam seus limites fisiológicos (MARX, 2013).

Como afirma Marx (2013),

(...) Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformando num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva (MARX, 2013, p. 494-495).

³⁵ “Na Inglaterra, há 16 distritos de registro civil que apresentam, na média anual, apenas 9.085 casos de óbito (em um distrito, apenas 7.047) para casa 100 mil crianças vivas com menos de 1 ano de idade; em 24 distritos, entre 10 e 11 mil; em 39 distritos, entre 11 e 12 mil; em 48 distritos, entre 12 e 13 mil; em 22 distritos, mais de 20 mil; em 25 distritos, mais de 21 mil; em 17, mais de 22 mil; em 11, mais de 23 mil; em Hoo, Wolverhamptom, Ashton-under-Lyne e Preston, mais de 24 mil; em Nottingham, Stockport e Bradford, mais de 25 mil; em Wisbeach, 26.001, e em Manchester, 26.125” (MARX, 2013, p. 471).

Para exemplificar as consequências decorrentes das péssimas condições de trabalho as quais os trabalhadores foram submetidos com a incorporação da maquinaria, Marx (2013) traz diversos relatórios sanitários da época que constavam não somente o dramático estado de saúde que esses trabalhadores apresentavam, mas como esse estado estava diretamente relacionado com o trabalho excessivo.

Como, por exemplo, o fato de que

Na maioria das fábricas de algodão, de worsted e de seda, o extenuante estado de agitação necessário para o trabalho na maquinaria, cujo movimento nos últimos anos foi acelerado de modo tão extraordinário, parece ser uma das causas do excesso de mortalidade por doenças pulmonares, fato que o Dr. Greenhow comprovou em seu mais recente e tão admirável relatório (REPORTS OF INSP. OF FACT. 1861, p. 25-6, apud MARX, 2013, p. 489)

Em diversas categorias profissionais e em variados setores produtivos da época, Marx (2013) evidencia, ao longo de sua exposição, uma série de outros rebatimentos que o trabalho exaustivo acarreta, como os inúmeros e significativos acidentes que ocorriam devido à pressão que os trabalhadores sofriam por produção, intensificação do ritmo e as já consideradas condições degradantes de trabalho.

Conforme Marx (2013),

(...) agora existem novas fontes de acidentes que não existiam há vinte anos, especialmente a velocidade aumentada da maquinaria. Rodas, cilindros, fusos e teares são, agora, movidos com uma força maior, e em constante aumento; os dedos têm de agarrar o fio quebrado com mais rapidez e segurança porque, se colocados com hesitação ou descuido, são sacrificados. [...] Um grande número de acidentes é causado pela pressa dos trabalhadores em executar sua tarefa. Devemos recordar que é da maior importância para os fabricantes que sua maquinaria seja mantida ininterruptamente em movimento (...). Cada parada de um minuto é não apenas uma perda de força motriz, mas de produção. Por isso, os trabalhadores são incitados pelos supervisores, interessados na quantidade da produção, a manterem a maquinaria em movimento (REPORTS OF INSP. OF FACTORIES FOR 31ST OCT. 1866, p. 9, 15-7 apud MARX, 2013, p. 498, nota 190a).

Além disso, os trabalhadores tinham todos os órgãos dos sentidos

(...) igualmente feridos pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo mortal de se trabalhar num ambiente apinhado de máquinas (...). Ao mesmo tempo, a economia nos meios sociais de produção, que no sistema de fábrica atingiu pela primeira vez sua maturidade, transforma-se nas mãos do capital, em roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho: roubo de espaço, ar, luz e meios de proteção pessoal contra as circunstâncias do processo de produção que apresentem perigo para a vida

ou sejam insalubres (MARX, 2013, p. 497-498).

Longe de esgotar as questões até aqui apontadas, demonstramos brevemente como a maquinaria, ao se apropriar do trabalho das mulheres e das crianças amplia o “material humano” sujeito à exploração pelo capital. Como, ainda, ela captura o tempo essencial do trabalhador diante do aumento da jornada de trabalho e como seu desenvolvimento, que permitiu produzir uma quantidade de mercadorias profundamente maior num período de tempo cada vez menor, termina por servir como uma forma meticulosa de disponibilizar, a cada momento, um volume maior de trabalho, ou de explorar mais intensamente a força de trabalho (MARX, 2013).

Agora, demonstraremos como tais mudanças alteram diretamente a reprodução do trabalhador e de sua família. Souza (2019) destaca o quanto os novos elementos e as novas práticas no interior do processo produtivo manifestam inúmeros “acidentes de trabalho, adoecimento e agravos à saúde em geral”. Para o autor, “a grande indústria vai se revelando uma ‘câmara de tortura’ para os trabalhadores, trazendo à tona um conjunto de novos problemas de saúde, provocados diretamente pelo trabalho”. Além disso, Souza (2019) considera o fato de que “os trabalhadores, já degradados diretamente no processo de trabalho, deparavam-se com péssimas condições de habitação, alimentação, vestuário, saneamento etc., constituindo-se um contexto incompatível com a saúde” (SOUZA, 2019, p. 59).

Dessa forma, fora do chão da fábrica, os trabalhadores também se encontravam num cenário de intensa degradação das suas condições de saúde. Para exemplificar tais condições, Marx (2013) apresenta – entre outras – uma pesquisa ordenada pelo Privy Council³⁶ em 1863, sobre as condições de (sub)nutrição da parte mais malnutrida dos trabalhadores ingleses³⁷ – trabalhadores agrícolas, tecelões de seda, costureiras, luveiros em couro, tecelões de meias, tecelões de luvas e sapateiros – o doutor Simon, médico funcionário do Privy Council, chega a seguinte constatação,

³⁶ O Conselho Privado do Reino Unido é um corpo formal de consultores do soberano do Reino Unido. Seus membros são compostos principalmente por políticos seniores que podem ser membros atuais ou antigos da Câmara dos Comuns ou da Câmara dos Lordes.

³⁷ “Durante a crise do algodão, em 1862, o dr. Smith recebeu do Privy Council a incumbência de realizar investigação sobre as condições nutricionais dos macilentos trabalhadores algodoeiros de Lancashire e Cheshire. Longos anos de observação o haviam levado a concluir que ‘para evitar doenças causadas pela inanição’ (...), a alimentação diária de uma mulher média deveria conter pelo menos 3.900 grãos de carbono e 180 grãos de nitrogênio, e a de um homem médio pelo menos 4.300 grãos de carbono e 200 grãos de nitrogênio; para as mulheres, aproximadamente a quantidade de nutrientes contida em 2 libras de pão de trigo de boa qualidade; para os homens, 1/9 a mais; para a média semanal de homens e mulheres adultos, ao menos 28.600 grãos de carbono e 1.300 grãos de nitrogênio” (MARX, 2013, p. 729).

(...) somente numa das classes de trabalhadores urbanos investigadas a ingestão média de nitrogênio superou um pouco a medida mínima absoluta, abaixo da qual ocorrem doenças por causa da fome; que em duas classes havia carência, e numa delas uma enorme deficiência de nutrientes contendo nitrogênio e carbono; que, das famílias de trabalhadores agrícolas investigadas, mais de 1/5 obtinha menos da quantidade indispensável de nutrientes contendo carbono, e mais de 1/3 obtinha menos do que a quantidade indispensável de nutrientes contendo nitrogênio; e que em três condados (Berkshire, Oxfordshire e Somersetshire) prevalecia, em média, uma carência de um mínimo de nutrientes contendo nitrogênio (PUBLIC HEALTH, SIXTH REPORT ETC. FOR 1863, p. 13, apud MARX, 2013, p. 730).

Demais agravos à saúde dos trabalhadores ingleses decorrentes da subnutrição também foram evidenciadas pelo dr. Simon em seu relatório geral sobre a saúde pública:

(...) É preciso lembrar que a privação de alimentos só é tolerada com a maior relutância, e que, em regra geral, uma dieta muito pobre só se apresenta quando precedida por outras privações. Muito antes que a insuficiência grave no plano sanitário, muito antes que o fisiológico pense em cortar os grãos de nitrogênio e carbono entre os quais oscilam a vida ou a morte por inanição, o lar já terá sido privado de todo conforto material. O vestuário e o aquecimento escassearão ainda mais do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço da habitação a um grau que gera doenças ou as agrava; ausência quase absoluta de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado cara ou difícil. E se, por um sentimento de dignidade pessoal, ainda se tenta mantê-la, cada uma dessas tentativas representará novos suplícios de fome. O lar será onde o teto for mais barato: em bairros onde a polícia sanitária colhe os menores frutos, onde o saneamento básico é mais deplorável, a circulação é menor, a imundície pública é maior, o suprimento de água é o menor ou o pior; em cidades onde há maior escassez de luz e de ar. Tais são os perigos, do ponto de vista sanitário, a que a pobreza inevitavelmente está exposta, quando essa pobreza inclui a deficiência nutricional (PUBLIC HEALTH, SIXTH REPORT ETC. FOR 1863, p. 14-5, apud MARX, 2013, p. 731-2).

Outro aspecto que devemos considerar ao investigar as condições de saúde da classe trabalhadora, refere-se à penúria de suas habitações. N' *O Capital*, Marx (2013, p. 732) demonstra que “quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; [...] quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais”. Marx (2013) salienta ainda que as “melhorias” das cidades, que são acompanhadas pelo aumento da riqueza – e, entre outros elementos, são realizadas através da demolição dos bairros mal construídos, pela construção de palácios para bancos, pela ampliação de avenidas para o tráfego comercial e carruagens de luxo e etc. – acabam expulsando os trabalhadores para refúgios cada vez piores e mais superlotados.

Sobre as repugnantes moradias destinadas aos trabalhadores, o dr. Embleton, do hospital de Newcastle, afirma que:

Não há dúvidas de que a causa da continuação e propagação do tifo reside no amontoamento de seres humanos e na falta de higiene em suas habitações. As casas em que os trabalhadores frequentemente vivem situam-se em becos e pátios estreitos. Quanto a luz, ar, espaço e limpeza, tais casas são verdadeiros modelos de insuficiência e insalubridade, uma vergonha para qualquer país civilizado. Nelas, durante a noite, homens, mulheres e crianças deitam amontoados. Quanto aos homens, o turno da noite sucede ao turno do dia em fluxo ininterrupto, de maneira que as camas quase não têm tempo de esfriar. As casas são mal supridas de água e, pior ainda, de latrinas; são imundas, mal ventiladas, pestilentas (PUBLIC HEALTH, “EIGHTH REPORT”, 1866, p. 149 apud MARX, 2013, p. 736).

Quanto mais rapidamente se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis são as moradias improvisadas dos trabalhadores (MARX, 2013). Engels (2010) também evidencia essa relação quando expôs a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Os trabalhadores se amontoavam de forma desorganizada, sem higiene ou saneamento básico, aumentando a probabilidade de agravos à saúde e maiores incidências de doenças, que, sob as “péssimas condições de moradia, alimentação, saneamento, vestuário e etc.”, se encontravam sujeitos à uma “ampliação do desgaste e da degradação da saúde (...), resultando, até com certa frequência, em casos de morte” (ARAÚJO; SOUZA, 2020, p. 222).

No exame mais detalhado dos bairros mais miseráveis da Inglaterra, Engels (2010) constata a gritante penúria que assolava os bairros operários nessa época. Como exemplo, o autor descreve o bairro de St. Giles:

(...) St. Giles (...) É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade – com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar (ENGELS, 2010, p. 71).

Em suma, o trabalho explorado, determinado pelo modo de produção capitalista, resulta numa série de consequências drásticas e dramáticas para as condições de vida e de saúde da classe trabalhadora. Na ordem do capital, o trabalho acarreta fadiga, doenças, acidentes, sofrimentos físicos e mentais, e, quando acentuados em seu máximo, à morte. Nos inúmeros ambientes de trabalho e produção, a saúde do trabalhador experimenta de todos os castigos impostos à força de trabalho – limitada não só à condição de mercadoria, mas de principal mercadoria do modo de produção capitalista –, pois é da apropriação do trabalho excedente, isto é, da extração de mais-valia, que as condições se tornam apropriadas para acumulação de capital.

Assim, “a conformação concreta do processo de trabalho é um dos elementos-chave para a compreensão dos determinantes da saúde do trabalhador, já que permite desentranhar de que forma se constitui o nexó biopsíquico dessa coletividade” (LAURELL, A. C., NORIEGA, M., 1989, p. 106). No que diz respeito ao capitalismo dependente, entendemos que a relação estabelecida na divisão internacional do trabalho entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos assegura um papel central para a categoria da (super)exploração, pois ela se torna aqui, um dos principais eixos para a análise do padrão de reprodução da capital nas economias dependentes e os processos sociais que dessa reprodução decorrem.

3.2 SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE: a expressão particular da reprodução da força de trabalho nas economias dependentes

Historicamente, a Medicina Social Latino-americana – no Brasil denominada Saúde Coletiva – surge em contraposição ao “pensamento hegemônico em saúde”, caracterizado por uma visão marcadamente biológica e medicalizada, cujo foco se centrava na doença e não na saúde. O debate suscitado pela Medicina Social Latino-americana nasce da “problematização da saúde-doença enquanto processo social”. Assim, essa vertente considera, antes de tudo, “(...) o nexó biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado. Essa concepção tem como pedra angular a identificação da historicidade dos processos biológicos e psíquicos humanos” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 100).

A Medicina Social Latino-americana também se preocupou em explicar como o nexó

biopsíquico humano adquire esse caráter histórico, posto que esse novo objeto de estudo não pode ser pensado a partir da concepção – dominante – sobre “saúde-doença”. Portanto, a Medicina Social Latino-americana considera que “não é no nível dos processos celulares ou subcelulares que se manifesta mais claramente a historicidade do biológico, mas nos níveis de integração maiores e, especialmente, no nível de complexidade que representa o corpo humano”. Por isso, “o que está em questão é capacidade do corpo de responder com plasticidade diante de suas condições específicas de desenvolvimento, o que se traduz em mudanças específicas nos processos corporais, que se expressam como formas biológicas características”³⁸ (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 101).

Outra observação colocada pela Medicina Social Latino-americana reside em como se estabelece a “subsunção do biológico no social”, dado que “o fato de os processos de adaptação se darem nos indivíduos não obsta que as condições que os produzem sejam sociais, à medida que emergem do modo específico como os homens se apropriam da natureza por meio de uma determinada organização social”. Considerando que há muito tempo o “ambiente dos seres humanos é antes de tudo um produto social, que ademais se apresenta sob modalidades distintas (...) a um e outro grupo”. Para a Medicina Social Latino-americana, o importante é destacar que “enquanto a inserção social deste [o indivíduo] determina os modos de andar a vida, é a coletividade constituída a partir de sua inserção social que encarna o nexo biopsíquico historicamente específico” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 102-3).

Seguindo esse raciocínio, Laurell e Noriega (1989) apontam que,

Coloca-se, pois, que é no metabolismo entre o homem e a natureza que surge o que temos chamado de “condições ambientais” das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. *Mas justamente porque esse metabolismo ocorre sob formas sociais específicas, que significam determinados meios de produção e relações particulares entre os homens, dos homens com os meios de produção e com o produto, que essas “condições ambientais” são a síntese dessas formas sociais e não condições naturais a-históricas* (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 104, grifos nossos).

³⁸ Laurell e Noriega alertam para o fato de que tal entendimento pode recorrer em uma interpretação equivocada sobre o caráter histórico da relação saúde-doença. Os autores exemplificam isso quando argumentam que, para além da capacidade de adaptação dos processos que são fisiologicamente normais da corporeidade humana, é necessário entender que tal adaptação não pode perder de vista “o fato de que muitos dos processos de adaptação não somente significam a sobrevivência em condições corporais precárias, como também, até, podem se converter em seu contrário, ou seja, em destruidores da integridade corporal”. Laurell e Noriega mostram isso quando afirmam que “um exemplo revelador desse fato é a reação ao estresse, o processo de adaptação talvez mais característico da sociedade capitalista. Assim, apesar de que seja a maneira de se colocar o organismo em alerta, mobilizando-o para ‘fugir ou lutar diante de um perigo’ sua repetição frequente ou sua conversão em estresse crônico transforma-se num processo destrutivo de uma série de estruturas e processos corporais” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 101).

Na América Latina, um dos precursores desse pensamento é Salvador Allende, quando, em 1939, escreve a *Realidad Médico Social Chilena*, primeira obra da Medicina Social Latino-americana. Os princípios fundamentais dessa corrente teórica podem ser resumidos em dois pontos: o primeiro evidencia “La concepción de la salud como derecho humano y social fundamental, que debe ser garantizado por el Estado en forma universal, asumiendo a la salud como bien público que no puede ni debe ser sometido a la lógica del mercado”; o segundo reforça o entendimento da Determinação Social da Saúde e da Doença, resgatando a ideia de que “las causas de la mala salud están en la sociedad, en las condiciones de vida y trabajo y que transformar esas condiciones es parte fundamental de las tareas de la Medicina Social/Salud Colectiva” (ISTÚRIZ et al, 2012, p. 605). Na Medicina Social Latino-americana, essa determinação foi assinalada, sobretudo, com autores como Briehl, com seu texto publicado inicialmente em 1979, *Epidemiología: economía política y salud. Bases estructurales de la determinación social de la salud*; e Laurell, com *La Salud-Enfermedad como proceso social*, publicado em 1982.

Destarte, conforme Laurell (1982), o final dos anos 1960 foi palco de uma intensa controvérsia sobre o caráter da doença. As inquietações que surgiram naquele momento colocavam em questão se a doença era resultado de processos essencialmente biológicos, ou, inversamente, sociais. A partir daí, questionamentos sobre o entendimento dominante de que a doença é um *fenômeno biológico individual* ficam em evidência. Segundo Laurell (1982), a explicação dada ao surgimento dessa controvérsia se encontra na crise política, social e econômica iniciada nos anos 1960, como resultado de interpretações e resoluções limitadas para atender à complexidade das necessidades dos indivíduos e da sociedade, aí incluídas também as questões referentes à saúde e à doença.

Laurell (1982) considera que, nesse contexto, uma nova etapa das lutas sociais foi configurada, pois, apesar de elas assumirem formas particulares nos diferentes países, as lutas sociais caracterizam, por sua vez, a época. A autora evidencia ainda que um dos principais aspectos das lutas sociais nesse período se deve ao fato de que elas “ponen en entredicho, bajo formas totalmente distintas y con perspectivas de muy variable alcance, el modo dominante de resolver da satisfacción de las necesidades de las masas trabajadoras”, e destaca que esse é um movimento que acontece “tanto en los países capitalistas avanzados como los dependientes”. Nesse momento, começam a formular “una comprensión diferente de los problemas más acorde con los intereses populares y capaz de dar origen a prácticas sociales nuevas” (LAURELL, 1982, p. 1).

Já no interior da medicina, o que levanta o questionamento sobre o caráter essencialmente biológico e individual da doença reside na dificuldade de se produzir um conhecimento que possibilite o entendimento dos principais problemas de saúde que preocupam os países industrializados. Soma-se a isso a crise enfrentada pela prática médica que, especificamente no cenário latino-americano, não conseguia oferecer alternativas que fossem capazes de melhorar as condições de saúde da população³⁹ em geral (LAURELL, 1982). Assim, no intuito de demonstrar que a saúde, bem como a doença, possui um caráter social e histórico, Laurell (1982) reconhece que é necessário considerar a sua articulação com os outros processos sociais, o que, segundo a autora, remete automaticamente ao problema das suas determinações.

Dessa forma, Laurell (1982) afirma que,

La mejor forma de comprobar empíricamente el carácter histórico de la enfermedad no está dada por el estudio de su apariencia en los individuos sino en cuanto al proceso que se da en la colectividad humana. Es decir, la naturaleza social de la enfermedad no se verifica en el caso clínico sino en el modo característico de enfermar y morir de los grupos humanos. Aunque probablemente “la historia natural”, por ejemplo, de la tuberculosis sea distinta hoy que hace 100 años, no es en el estudio de los enfermos de tuberculosis que vamos a aprehender mejor el carácter social de la enfermedad, sino en los perfiles patológicos* (sic) que presentan los grupos sociales (LAURELL, 1982, p. 2).

Nesse sentido, Laurell (1982, p. 2) argumenta ainda que antes mesmo de se estabelecer o objeto de estudo, “debería ser posible comprobar diferencias en los perfiles patológicos a lo largo del tiempo como el resultado de las transformaciones de la sociedad”. E ainda, considerar que “las sociedades que se distinguen en su grado de desarrollo y de organización social, deben exhibir una patología colectiva diferente”. E “Finalmente, dentro de una misma sociedad las clases que la componen mostrarán condiciones de salud distintas”.

Corroborando a esse entendimento, Araujo e Souza (2020) destacam que,

No nosso caminho de investigação sobre a saúde dos trabalhadores, se ignorássemos o movimento entre singular, particular e universal, correríamos o risco de engessar realidades particulares nos moldes de um movimento de produção e reprodução do capital peculiar aos países pioneiros. Deixaríamos escapar problemas de saúde (e suas respostas) que lá não existem (porque refletem peculiaridades econômicas, políticas etc. também ali inexistentes) ou,

³⁹ No entanto, Laurell (1982) destaca que é necessário considerar que apesar das evidências mostrarem as limitações da concepção biológica da doença e da prática que sustenta, é inegável que esta impulsionou a geração do conhecimento médico no decorrer de muitos anos.

o que seria ainda pior, cairíamos num particularismo que conferiria, cada vez mais, autonomia aos processos e fenômenos que se distinguem das experiências clássicas, e que só são acessíveis, radicalmente, quando considerados em suas relações com a totalidade do sistema do capital. Ignoradas as mediações da totalidade para esses processos particulares, a sua investigação ou o seu enfrentamento se tornam, sempre, tarefa de Sísifo, apenas sustentada pelas fantasias gnosiologicistas (SOUZA; ARAUJO, 2020, p. 649).

Aqui, consideramos um estreito elo entre as relações sociais de produção e as condições de saúde da sociedade. No modo de produção capitalista, esta relação assume diferentes características de acordo com o modo como cada uma das classes sociais interagem umas com as outras e se inserem e no interior do processo produtivo. Nesse movimento, além de ser necessário considerar seus elementos constitutivos e analisá-los de maneira particular, não se pode perder de vista que essa particularidade faz parte de uma totalidade, o modo de produção capitalista. Pois,

Se bem seja certo que a conformação e dinâmica de cada processo de trabalho sejam únicas, pode-se, todavia, decantar suas particularidades para fazer aparecerem as características comuns entre ambos. Dessa forma, é possível distinguir fases históricas, claramente diferenciáveis, de maturação do processo de produção capitalista. Elas correspondem, vistas da ótica do processo de valorização, a diferentes extratégias de extração da mais-valia – absoluta ou relativa – e, da ótica do processo de trabalho, a formas diferentes de subsunção do trabalho ao capital (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 107).

Seguindo esse raciocínio, ratificamos a importância de não limitar a categoria saúde e sua compreensão estritamente aos processos de adoecimento, riscos e acidentes de trabalho. A saúde do trabalhador, no terreno das práticas profissionais e também enquanto área de conhecimento, localiza-se no interior do conflito entre capital e trabalho, reivindicando categorias analíticas e referenciais teóricos críticos, sobretudo, das vertentes críticas das ciências sociais. Pois, consoante Laurell e Noriega (1989), a saúde do trabalhador possui um lugar privilegiado no que tange, especialmente, à construção de uma nova forma de ver, perceber e analisar a saúde do trabalhador enquanto um processo social. Por isso a extrema relevância do fundamento teórico ter um direcionamento crítico de análise, que evidencie aspectos concretos da relação trabalho e saúde, de maneira que, para além de contribuir no conhecimento dessa realidade, seja possível também transformá-la.

Assim, no nosso esforço de entender as condições de saúde dos trabalhadores latino-americanos, relacionamos aqui o conceito de “desgaste” apresentado pela Medicina Social

Latino-americana como um ponto em comum com a categoria da superexploração da força de trabalho apresentada pela Teoria Marxista da Dependência. Para a Medicina Social Latino-americana, o desgaste é entendido como a “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”, pois, “tanto é desgaste (...) a destruição abrupta ou lenta de órgãos como a impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica”. Segundo Laurell e Noriega (1989, p. 116), o desgaste pode ser indicado, entre outras condições, no “perfil patológico, os anos de vida útil perdidos, o envelhecimento acelerado e a morte prematura”.

Cabe destacar que, os anos de vida útil perdidos, o envelhecimento acelerado e a morte prematura são também manifestações claras de um processo de trabalho superexplorado, pois, como já evidenciado anteriormente, “um salário insuficiente ou um processo de trabalho com [sobre]desgaste (...) que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida” (OSORIO, 2012a, p. 51). No entanto, é mister ressaltar que, para além de uma remuneração adequada para a reprodução da força de trabalho em condições normais, devem ser considerados também um conjunto de condições indispensáveis à reprodução do trabalhador em condições normais, como, por exemplo, tempo de descanso suficiente para repor suas energias físicas e mentais, alimentação e moradia adequadas e etc.

A Medicina Social Latino-americana também se interessa na análise dos “os elementos que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos (...) que se traduzem em desgaste”. Assim, para dar maior concretude ao conceito de desgaste, a Medicina Social Latino-americana elabora o conceito de “cargas de trabalho”, que são, por um lado, cargas “físicas, químicas, biológicas e mecânicas”, e, por outro, as “fisiológicas e psíquicas”⁴⁰. As primeiras, “possuem uma materialidade externa ao corpo, que ao com ele interatuar torna-se uma nova materialidade interna”. As últimas, “as fisiológicas e psíquicas, pelo contrário, somente adquirem materialidade no corpo humano ao expressarem-se em transformações em seus processos internos” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 110-

⁴⁰ “As cargas físicas podem ser exemplificadas pelo ruído e calor, que podem ser detectados e até medidos sem envolver o corpo humano, e dessa forma, têm uma particularidade externa a ele. (...). As cargas químicas (pós, fumaça, fibras, vapores, líquidos etc.) e biológicas (os microorganismos) têm características semelhantes já que, por um lado, têm materialidade externa ao corpo e, por outro, adquirem importância não em si mesmos mas pelas transformações que geram em sua interação com os processos corporais. As cargas mecânicas são, por assim dizer, as mais visíveis, já que se convertem numa ruptura de continuidade instantânea do corpo; em contusões, feridas, fraturas etc. As cargas fisiológicas e psíquicas são (...) diferentes porque não têm uma materialidade visível externa ao corpo humano. Por exemplo (...) um esforço físico pesado ou uma posição incômoda não podem existir senão através do corpo (...). Mas, uma vez contactada a impossibilidade de conceituar essas cargas senão em relação com o corpo, sua materialidade é, novamente, processos corporais transformados” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 111).

111).

Segundo os autores, as cargas podem se manifestar de diferentes formas, quando, por exemplo, o trabalhador permanece, em seu ambiente de trabalho

“(…) numa posição incômoda (carga fisiológica), fatigado porque alterna turnos (carga fisiológica e psíquica), aturdido pelo ruído (carga física) e com tensão nervosa pela pressão da supervisão e pelo ritmo de trabalho (cargas psíquicas); atravessando, pois, por um série de cargas que, por seu turno, não só se somam como se potenciam entre si e dão concretude ao processo de produção de modo singular” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989. p. 110).

Laurell e Noriega (1989) ressaltam também a importância de perceber o desgaste junto dos processos sociais de produção e reprodução, especialmente os que foram estabelecidos no modo de produção capitalista. Pois, “a combinação entre o desgaste e a reprodução que determina a constituição das formas históricas específicas biopsíquicas humanas”. E estas, por sua vez, “são o substrato geral que determina a geração de uma constelação característica de doenças particulares, conhecido como o perfil patológico de um grupo social” (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 116).

Para os autores,

A construção teórica da relação entre processo de valorização, processo de trabalho, cargas de trabalho e processo de desgaste confere certa capacidade de predição com relação ao que caracteriza o padrão de desgaste de um determinado grupo de trabalhadores. Vale dizer, dado que as cargas de trabalho e, portanto, o padrão de desgaste de um grupo de trabalhadores determinado, têm origem na maneira específica como se articulam a base técnica e a organização e divisão [social] do trabalho, é possível decantar as particularidades de cada processo de trabalho concreto e extrair as características gerais das cargas e do desgaste das diferentes etapas e subetapas típicas do processo de produção capitalista (LAURELL, A. C.; NORIEGA, M., 1989, p. 117).

Portanto, na proporção em que são identificadas como se estabelecem as relações de produção no interior do processo produtivo e nas relações de produção capitalistas mundiais, isto é, quando se considera o particular e o universal, pode-se indicar quais são as principais “cargas de trabalho” e os aspectos mais característicos do seu “padrão de desgaste”.

Assim, pensando na América Latina – e aqui, especialmente, no Brasil – a Teoria Marxista da Dependência “construiu seu legado teórico, a partir do qual é possível entender a formação econômica e social brasileira e, em níveis ainda mais particulares, os processos e fenômenos nela inseridos, a exemplo da questão da saúde dos trabalhadores” (SOUZA;

ARAUJO, 2020, p. 649). No contínuo esforço de entender a relação existente entre as condições de saúde dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos, apresentaremos alguns estudos que buscam esclarecer, a partir da Teoria Marxista da Dependência, da categoria da superexploração da força de trabalho e do conceito de “desgaste” elaborado pela Medicina Social Latino-americana, as mediações decisivas que tais processos refletem na condição de saúde dos trabalhadores ao qual estão submetidos.

Em *Superexploração e desgaste precoce da força de trabalho: a saúde dos trabalhadores de confecção*, Lira et al (2020, p. 1), analisa “a relação entre a superexploração da força de trabalho com o conceito de desgaste em trabalhadores de fábricas instaladas em dois municípios do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano”. Nessa pesquisa, os autores identificam a centralidade da categoria da superexploração da força de trabalho quando observam quatro formas em que a superexploração se manifesta: 1) a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor; 2) a extensão das jornadas de trabalho para além de seus limites normais; 3) o aumento da intensidade do trabalho para além de seus limites normais e, por fim, 4) o aumento do valor histórico moral da força de trabalho sem sua remuneração equivalente⁴¹. Lira et al (2020, p. 8) considera que as formas de manifestação da superexploração atuam na violação do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores, “o que leva a um ‘desgaste precoce’ da força de trabalho”.

Para os autores, “O processo de desgaste é, também, uma expressão da condição de superexploração da força de trabalho”. Dessa forma, eles articulam os conceitos de “cargas de trabalho”, compreendidas por Laurell e Noriega (1989) como mediadoras do “desgaste” dos trabalhadores, como uma “forma” que a superexploração da força de trabalho pode se utilizar. Pois, “esta condição leva à violação do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores por meio de um desgaste precoce da força de trabalho (LIRA et al, 2020, p. 9).

Em *Mais rápido, mais alto e mais forte: a superexploração e a saúde dos ‘atletas olímpicos’ dos canaviais alagoanos*, da expressão em latim “Citius, Altius, Fortius”, lema oficial dos Jogos Olímpicos, Yabe (2013) utiliza para referenciar à forma como acontece a

⁴¹ Em suas contribuições à Teoria Marxista da Dependência, e nesse caso particularmente, à categoria da superexploração da força de trabalho, Mathias Luce aborda uma quarta forma de violação do valor da força de trabalho quando expõe o “Hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida”. Esta quarta modalidade da superexploração pode ser entendida como uma forma desdobrada do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Para Luce (2018) seu tratamento analítico de forma particular se justifica, pois ela apresenta a particularidade de violação do valor da força de trabalho quando esta se dá em relação ao componente histórico e moral em que se viu alterado. Aqui, optamos por não abordar por considerar que a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, seja pelos mecanismos de exploração ocorridos no interior do processo produtivo, seja no mercado no momento de compra e venda da força de trabalho, essa quarta forma já se encontra incluída.

superexploração dos cortadores de cana-de-açúcar dos canaviais alagoanos, “que precisam de uma atuação cada vez mais rápida, acumular montes de cana cada vez mais altos e desferir golpes de facão cada vez mais fortes, para garantir a mais-valia dos usineiros de Alagoas”. Yabe (2013) buscou demonstrar o quanto os trabalhadores canavieiros, que são expostos à intensas e extensas jornadas de trabalho e à expropriação desmedida de parte do trabalho necessário, sofrem com uma exploração “excessiva”, que só poderia resultar em severos danos à saúde e marcas “indelévels” à sua corporeidade física e psíquica (YABE, 2013, p. 7).

A analogia utilizada por Yabe (2013) para demarcar o desgaste físico e mental desmedido dos trabalhadores canavieiros no cumprimento de suas funções laborais, se fundamenta na pesquisa realizada por Laa (2008), onde se constata que

Os esforços diários realizados por estes trabalhadores rurais equivalem a 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna; a frequência cardíaca da maioria deles chega a picos de mais de 180 batimentos cardíacos, o que ultrapassa o limite cardiorrespiratório tolerável à saúde; a distância percorrida por eles é o mesmo que participar de uma maratona todos os dias (LAAT, 2008, p. 1 apud YABE, 2013, p. 14).

Para Yabe (2013), se o esforço físico desses trabalhadores se compara ao esforço físico de um atleta maratonista, este deveria dispor de cuidados médicos que se fizessem necessários, de uma alimentação adequada ao desgaste despendido no processo produtivo, de um descanso propício à reposição das suas energias físicas e mentais, e ainda, de uma remuneração que suprisse o gasto com todos esses cuidados. No entanto, o que vemos é que as condições degradantes às quais os trabalhadores do corte da cana são submetidos não se mensuram⁴².

Em *Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde*, Verçoza (2016) ratifica o esforço físico que esse trabalho exige⁴³, além de todo sofrimento físico, moral e psíquico.

⁴² “A produtividade do cortador de cana-de-açúcar aumentou significativamente no decorrer de mais de 3 décadas, passando de 2,99 toneladas de cana cortada por dia, por trabalhador, 1969, para 8 toneladas por dia em 2005. Como sabemos, este aumento de produtividade se deu pela extensão da jornada, pela intensificação do trabalho e por meio ambas. Só que o valor que os trabalhadores receberam por cada tonelada caiu de R\$ 8,16 para R\$ 6,88 no mesmo período. Seja por extensão ou intensificação do trabalho, o que vemos aqui é um aumento evidente da exploração do trabalhador e uma expropriação do trabalho necessário para a reposição das suas necessidades” (YABE, p. 43)

⁴³ Para o trabalhador lograr um bom desempenho (do ponto de vista da usina), a cana precisa ser cortada rente ao chão, exigindo a total curvatura do corpo. Após abraçar as canas, são necessários vários golpes de podão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são carregadas e lançadas em montes e, novamente, o ciclo é recomeçado. Conforme demonstra Laa (2010), o trabalhador no canavial paulista realiza, aproximadamente, 3.080 flexões de coluna (cerca de 1,88 flexões a cada 10 segundos) e pelo menos 3.498 golpes de podão para cortar 12.960 kg em um dia” (VERÇOZA, 2016, p. 19. Nota 7).

Segundo Verçoza (2016),

A “a acumulação por espoliação” (...) não se realizou somente quando as terras dos tabuleiros foram expropriadas, ela ainda se realiza em cada “eito gigante”, “pulo da vara” e fraude na pesagem. Parte do trabalho necessário ao trabalhador canavieiro para repor a sua força de trabalho também é expropriada pelos usineiros que, para realizar isso, empregam trabalhadores dotados de um perfil altamente produtivo e os submetem a novos mecanismos de organização e controle/disciplinamento do trabalho. Esses fatores, aliados ao método de remuneração por produção, fazem com que o trabalhador, mesmo não recebendo sequer o valor da sua força de trabalho, intensifique ainda mais o trabalho nos canaviais. *Essa superexploração (...) do trabalho dos assalariados canavieiros, engendra o desgaste prematuro da sua força de trabalho. Isso significa que, em decorrência da intensidade do trabalho, das extensas jornadas laborais e das precárias condições de vida, muitos trabalhadores desenvolvem problemas de saúde que os impossibilitam de continuar trabalhando, ainda na flor da idade* (VERÇOZA, 2016, p. 173. Grifos nossos).

Um elemento de extrema importância no que toca às condições de saúde dos trabalhadores canavieiros e é constatado por Verçoza nessa pesquisa, são os fenômenos ocasionados pelo “canguru”, caracterizado por “um conjunto de sinais e sintomas relacionados à perda de líquidos e eletrólitos importantes no equilíbrio fisiológico do corpo humano, e que, ao se prolongar e se repetir, desencadeia câibras de alta intensidade” (ARAUJO; SOUZA, 2020, p. 223), ocasionando na total perda de controle sobre o corpo e, não raras as vezes, em morte⁴⁴.

Como traz Verçoza (2016),

(...) Um trabalhador nos relatou que quem vivencia esse processo generalizado de câibras costuma encolher os braços junto ao corpo, de tal forma, que se assemelha a posição das patas do canguru australiano. Para o entrevistado o nome “canguru” decorre dessa trágica e surreal semelhança. O “pulo do canguru” vai se transfigurando em perda de si. O corte de cana torna-se corte de si. O trabalhador estranha os seus movimentos, não se reconhece naquela convulsão autônoma. Está diante de si como se estivesse diante de um “canguru”. Está diante da cana como se estivesse diante de um ente personificado que o transfigura. Desse modo, o “animal se torna humano e o humano animal” (...) (VERÇOZA, 2016, p. 127).

Também são constatadas outras recorrências e agravos na saúde dos trabalhadores canavieiros nessa pesquisa. Verçoza (2013, p. 141) afirma que para além dos “cangurus”, “existe o contato diário com a fuligem da cana queimada”. Através de estudos, o autor

⁴⁴ “Segundo o médico de uma usina alagoana, o ‘canguru’ pode resultar em ‘morte, porque é um distúrbio hidroeletrolítico, e isso mexe com as células, que são as unidades fundamentais, e se não for atendido, hidratado e não tiver repostos esses eletrólitos, pode acontecer’ o óbito” (VERÇOZA, 2016, p. 125. Nota 125).

demonstra que essa exposição pode acarretar doenças graves, dado que “micropartículas (PM10) de poluentes atingem as porções mais profundas do sistema respiratório, alcançam o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves”. Os cortadores de cana também “apresentavam substâncias que indicavam a presença de HPAs genotóxicos e mutagênicos que podiam ser identificadas na urina”. Além disso, o frequente “contato com a fuligem da cana resulta redução da função pulmonar e redução da variabilidade da frequência cardíaca”. Dessa forma, pode ser constatado que “as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão” (VERÇOZA, 2016, p. 141).

Já em *A saúde do trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente*, Muquem (2018) faz um estudo sobre os “determinantes que engendraram o afastamento (...) dos trabalhadores rurais (...) que receberam benefícios por incapacidade no período de 2012 a 2015 pela Agência de Previdência Social de Lavras/MG”. Esse estudo, que também teve como aporte teórico a Teoria Marxista da Dependência e, em especial, a categoria da superexploração da força de trabalho, revela importantes informações sobre o quanto a saúde do trabalhador sofre com a “limitação dessa área enquanto política pública, sobretudo no âmbito rural, local em que o trabalho informal é a regra e as relações de trabalho ainda se encontram, na realidade concreta, fora dos parâmetros mínimos de regulamentação do trabalho”, situação que conduz a autora a afirmar que a “informalidade do trabalho rural, na região, é funcional à acumulação de capital” (MUQUEM, 2018, p. 11).

Temos ainda a pesquisa intitulada *A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de Barretos: o antagonismo da superexploração*, onde Remijo (2013) analisa as relações de trabalho e as condições de saúde nos frigoríficos do município de Barretos (SP). Em contrapartida à ascensão das empresas brasileiras desse setor no mercado internacional, “os trabalhadores adoecem em decorrência do excesso de trabalho e/ou se acidentam, formando uma massa de pessoas inválidas, ou inaptas para o trabalho”, demonstrando uma tendência no processo de adoecimento desses trabalhadores. Remijo conclui em sua pesquisa que tal feito se dá pela “particularidade histórica do capitalismo dependente brasileiro”, uma vez que essas “empresas tendem a superexplorar a classe trabalhadora como forma de correção do capitalismo dependente” (REMIJO, 2013, p. 13).

Em todos os casos demonstrados, os trabalhadores foram subjugados à superexploração da força de trabalho, pois, além da extensa e intensiva jornada de trabalho e o desgaste

premature da força de trabalho, o trabalhador canavieiro apresenta problemas e agravos em suas condições de saúde. Sem mencionar a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor⁴⁵. Somado a isso, esses trabalhadores, mesmo que ainda sejam muito jovens⁴⁶, são, regularmente, impedidos de voltar ao trabalho em decorrência de tais fatos.

Assim como toda crítica à ordem burguesa é indispensável à subversão do modo de produção capitalista, tentamos mostrar aqui que é própria da dinâmica de produção e acumulação do capital, o insolente “roubo” à saúde daqueles que produzem a riqueza social. Vale lembrar que desde Marx (2013), n’O capital, “ganha consistência o fundamento teórico que correlaciona, de modo substancial, os mecanismos de exploração à saúde dos trabalhadores” (ARAUJO; SOUZA, 2020, p. 220).

Dessa forma, a especial atenção dada à particularidade da saúde dos trabalhadores latino-americanos – que além de serem submetidos à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, encontram-se, pela superexploração da força de trabalho, submetidos às determinações específicas desta –, nos confirma a estreita relação anteriormente já apontada pelas vertentes mais críticas das ciências sociais latino-americanas, de que a saúde é um processo social objetivamente determinado pelas relações sociais e de produção estabelecidas, e essa relação influencia diretamente em mais ou menos saúde, bem como nas condições de vida e reprodução dos trabalhadores.

⁴⁵ Nos três estudos expostos, o pagamento do salário é por peça/produção. Ramos (2010) explica que o pífio crescimento da economia brasileira nas últimas décadas, especialmente no âmbito das atividades urbano-industriais, vem sendo reforçada a característica de pagamento por produção, o que, para o autor, se constitui em uma superexploração da força de trabalho. O pagamento por peça também reflete em uma forma que o capital encontra para reduzir seus custos e aumentar sua acumulação (apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores para o fundo de acumulação de capital). Sem contar que, por esse mecanismo, fica a cargo do próprio trabalhador prolongar/intensificar o seu ritmo de trabalho na ilusória expectativa de aumentar o seu salário.

⁴⁶ “Só interessa ao capital agroindustrial canavieiro desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado para o corte da cana está repleto de trabalhadores jovens. Dessa forma, a rápida e barata reposição da força de trabalho está garantida e o trabalho degradante pode ser prolongado no tempo e no espaço” (VERÇOZA, 2016, p. 173). E ainda, (...) “realizamos uma pesquisa com cortadores de cana-de-açúcar com idade superior a 40 anos de idade, por acreditarmos que, a partir dessa idade, os trabalhadores canavieiros já devem sofrer as consequências da superexploração. Em duas entrevistas com funcionários do setor de contratação de cortadores de cana-de-açúcar de duas grandes usinas alagonas, os entrevistados afirmaram que a partir desta idade, esses trabalhadores já não conseguem atingir as metas com facilidade. Por isso, a preferência é sempre por trabalhadores mais jovens” (YABE, 2013, p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de investigar as implicações das condições de saúde dos trabalhadores na particularidade do capitalismo brasileiro latino-americano dependente e periférico, evidenciamos, sobretudo, o estreito imbricamento que as relações sociais e de produção ocupam nesse processo. A categoria da superexploração da força de trabalho, pela centralidade que assume na Teoria Marxista da Dependência – maior fundamentação teórica utilizada na construção dessa pesquisa –, nos permite revelar que a força de trabalho que está submetida a essa condição, se depara com doenças e agravos à saúde característicos da reprodução particular do capital nas economias dependentes.

Nesse caminho, pudemos perceber, ainda que de maneira preliminar, que os anos de vida útil perdidos, o envelhecimento precoce e a morte prematura como expressão da superexploração da força de trabalho possui claras convergências com o conceito de desgaste desenvolvido pela vertente crítica da Medicina Social Latino-americana. Pois, a agudização das “cargas de trabalho”, na sanha de acumular capital cada vez “mais rápido, mais alto e mais forte”, intensifica o ritmo de trabalho para além dos seus limites normais, sejam eles expressos

nos esforços diários realizados pelos trabalhadores rurais equivalentes “a 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna” (YABE, 2013), ou ainda, pela total perda de si, quando o trabalhador “experimenta” um “processo generalizado de câibras, fazendo com que os braços se encolham junto ao corpo, de tal forma, que se assemelha a posição das patas do canguru australiano” (VERÇOZA, 2016).

Somado a isso, a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação do capital, no pagamento por peças/produção, por vezes, como expressão de uma de suas formas, impossibilita o trabalhador de consumir o estritamente necessário para a sua reprodução em condições normais, resultando num desgaste prematuro da força de trabalho. Além disso, o pagamento por peça/produção, muitas vezes, induz ao trabalhador, na ilusória tentativa de aumentar o seu salário, a prolongar além dos limites normais sua jornada de trabalho.

Vale destacar, considerando a preliminar aproximação entre a categoria da superexploração e o conceito de desgaste, que vislumbramos o aprofundamento dessa pesquisa ao observamos que, por um lado, a especificidade da saúde é pouco explorada pela Teoria Marxista da Dependência – apesar da centralidade da categoria da superexploração da força de trabalho. Por outro lado, nas literaturas próprias da Medicina Social Latino-americana, mesmo quando há o entendimento que a categoria saúde é estabelecida enquanto um processo social e é investigada a partir da ótica marxista, as categorias teóricas formuladas a partir da realidade dos países avançados são incorporadas na análise da realidade particular sem as considerações necessárias no que diz respeito as particularidades da América Latina e sua condição subdesenvolvida reivindicam, colocando para nós tais considerações numa intensa agenda de pesquisa.

Ademais, a superexploração da força de trabalho como expressão real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve, revela, portanto, seus exacerbados rebatimentos na saúde e condição de vida da classe trabalhadora. Isso se verifica na realidade concreta, quando, historicamente, registram-se indicadores de saúde desiguais entre os trabalhadores das nações desenvolvidas das subdesenvolvidas, quando “se observam mais acidentes e mortes dos trabalhadores nos países dependentes, assim como a maior presença de outras formas de adoecimento, ligadas diretamente ao trabalho ou decorrentes da precária vida determinada pelo roubo de seu fundo de consumo” (SOUZA, D.; ARAUJO, A. 2020, p. 654).

Em suma, a superexploração da força de trabalho é uma característica estrutural do capitalismo dependente, e tal característica repercute de maneira decisiva nas condições de vida

e saúde do trabalhador a ela subjugado. Denunciar que a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes se dá de maneira superexplorada, não significa dizer que o objetivo é alcançar uma exploração “normal”. Pelo contrário, é, antes de tudo, esclarecer que a superexploração como fundamento do capitalismo dependente só pode resultar numa maior dependência (MARINI, 2011), e sua superação apenas pode se dar pela superação das relações de produção nela envolvidas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, cap. 3, p. 87-102.

ARAÚJO, Ana; SOUZA, Diego. Superexploração da força de trabalho e saúde: uma aproximação ao debate. In: NASCIMENTO, Adriano; NUNES, Elaine. FIDELIS, Thays. (orgs). *Economia, Política e Dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*. Maceió: Edufal, 2020.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. Ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Aberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. In:

PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Niemeyer Almeida Filho (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15 n. 41, p. 21-33, jan./abr. 2001.

DOS SANTOS, Theotonio. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. IN: *La dependencia político-económica de América Latina* / Helio Jaguaribe [et al.]. 1a ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. Libro digital, PDF – (Clásicos recuperados / Gentili, Pablo)

_____. *Teoria da Dependência – balanços e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

FRANKLIN, R. S. P. *O mercado mundial no pensamento de Karl Marx*. In: *Economia-Ensaio*, Uberlândia, 32 (1): 131-158, Julho/Dezembro, 2017.

FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, 1966. Disponível em <https://shortest.link/LYj>. Acessado em 29 de agosto de 2021, às 00h42.

FRIEDRICH, Engels. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: RS: L&PM, 2020.

ISTÚRIZ, Oscar; ACEVEDO, Carlos; JIMÉNEZ, Patricia. Pensamiento Contrahegemónico em salud. In: *Revista Cubana de Salud Pública*, 2012, 38(4): 602-614.

KATZ, Claudio. *A teoria da dependência cinquenta anos depois*. 1a. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, Cidade do México, 2: 1-10, 1982.

_____.; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LIRA, Paulo V. R. A. et al. Superexploração e desgaste precoce da força de trabalho: a saúde dos trabalhadores de confecção. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n.3, 2020, e00275107. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00275>.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. – 6. ed. – Florianópolis: Insular, 2017.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 131-172).

MUÑOZ, Heraldo. Cambio y continuidad en el debate sobre la Dependencia y el Imperialismo. In: *Estudios Internacionales*, ano 11, n. 44. P. 88-138. Outubro/dezembro, 1978: Instituto de Estudios Internacionales Universidad de Chile.

MUQUEM, Tassia. A Saúde do Trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012a. cap. 2, p. 37-86.

_____. *Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones*. 1. ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

_____. Superexplotación y clase obrera: el caso de mexicano. In: Cuadernos Políticos, número 6, México, D.F. Editora Era, Octubre-Diciembre, 1975, p. 5-23.

_____. Sobre dialéctica, superexploración y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la Dependencia. In: Argumentos, vol. 26, n. 72, Mayo-Julio, 2013, p. 57-73.

_____. El marxismo latinoamericano y la dependencia. In: Cuadernos Políticos, n 38. México, D.F. Editora Era: Enero-Marzo, 1984, p. 129-150.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – salário mínimo nominal e necessário. Dieese, 2021. Disponível em: dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021. Acesso em: 11/02/2022.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: *Revista Brasileira de Economia*. V, 3, n 3. P. 47 – 111. 1949.

REMIJO, Alcides Pontes. A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de Barretos: o

antagonismo da superexploração. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro Socioeconômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Editora Vozes: Petrópolis, 1991.

SOUZA, Diego de Oliveira. *Saúde do(s) trabalhador(es): análise ontológica da “questão” e do “campo”*. Maceió: Edufal, 2019.

_____. A questão da saúde dos trabalhadores na perspectiva histórico-ontológica. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2012.

_____.; ARAUJO, Ana. Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes. In: *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3 (2020): Política, Ciência e Mundo das Redes.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Introdução. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. *Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos*. Um estudo sobre trabalho e saúde. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos, 2016.

YABE, Márcio. *Mais rápido, mais alto e mais forte: a superexploração e a saúde dos ‘atletas olímpicos’ dos canaviais alagoanos*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.